

1

**CURSO SOBRE CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS NAS  
PRORROGAÇÕES DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS  
CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO ECLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**1) EXCLUSÃO/REDUÇÃO DE ITENS NÃO RENOVÁVEIS**

**2) MANUTENÇÃO DE ITENS RENOVÁVEIS**

**3) SUGESTÕES DE REDAÇÕES PARA INCLUSÃO NOS TRs/EDITAIS/  
CONTRATOS/PLANILHAS PARA JULGAMENTO ISONÔMICO DAS  
PROPOSTAS.**

**Em conformidade com:**

**a) A IN SEGES nº 5/2017, com as alterações das INs SEGES nº  
7/2018 e 49/2020**

**b) A Nota Técnica SEGES/MPDG nº 652/2017**

**c) Deliberações do TCU**

**d) O Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador 2018**

Instrutor  
José Hélio Justo

**Versão de:** Porto Alegre, 13 de novembro de 2021

2

2

### **Temas a serem abordados no curso**

- 1) Legislação e jurisprudência de regência da matéria
- 2) Os custos não renováveis aplicam-se indistintamente e integralmente tanto para a conta vinculada como para o pagamento pelo fato gerador?
- 3) Principais diferenças entre conta vinculada para o pagamento pelo fato gerador
- 4) Duas Férias na planilha – Considerações – Quando utilizar? Quando não é renovável? Quando é renovável?
- 5) Provisão para rescisão (avisos prévios indenizado e trabalhado e multas do FGTS) - Quando não é renovável? Quando é renovável?
- 6) Custo de reposição do profissional ausente (ausências legais, acidente de trabalho, afastamento maternidade, afastamento paternidade e ausências por doença) - Quando não é renovável? Quando é renovável?

3

3

- 7) Equipamentos - Depreciação
- 8) Custos a serem analisados para exclusão/redução durante a execução contratual (art. 63, § 2º, da IN SEGES nº 5/2017, vale transporte e alteração anual do FAP)
- 9) Alteração de regime tributário
- 10) Como deve ser a planilha dos licitantes optantes pelo regime tributário do Lucro Real? Podem cotar 1,65% de PIS e 7,60% de Cofins?
- 11) Sugestões de redações para serem inseridas nos TRs/Editais/Contratos para disciplinar os assuntos polêmicos e prestigiar o princípio da isonomia.
- 12) Exercícios de fixação ao longo do curso

4

4

## LEGISLAÇÃO/JURISPRUDÊNCIA SOBRE CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

5

5

### **IN SLTI/MPDG Nº 2/2008 – revogada pela IN SEGES nº 5/2017 (Desde 2009 tem essa exigência)**

Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber: ...

XVII - regra estabelecendo que, nas eventuais **prorrogações** contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação; **(incluído pela IN SLTI/MPOG nº 3/2009)**

Art. 30-A Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993. **(artigo incluído pela IN SLTI/MPOG nº 3/2009)**

§ 4º A administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no **primeiro ano da contratação**. **(incluído pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013)**

6

6

## **IN SEGES/MPDG Nº 5/2017**

### **Anexo VII-F – Modelo de Minuta de Contrato – item 1 e subitem 1.2**

#### **1. Vigência contratual e custos renováveis:**

**1.2.** Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

### **Anexo IX – Da Vigência e da Prorrogação – item 9**

**9.** A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

7

7

## **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Secretaria de Gestão

Departamento de Normas e Sistemas de Logística

Coordenação-Geral de Normas

**Nota Técnica nº 652/2017-MP**

Assunto: Contratos de Serviços Contínuos. Divergência de entendimentos no que diz respeito à necessidade ou não de supressão do aviso prévio trabalhado da planilha de custos da empresa contratada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, após o primeiro ano de vigência, quando da prorrogação contratual.

Vamos voltar a ela posteriormente. **É obrigatória sua leitura integral para se processar uma prorrogação em CV.**

8

8

# Portal de Compras

GOVERNO FEDERAL  
(<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>)

Buscar no portal

Perguntas frequentes ([/index.php/perguntas-frequentes](#)) | Posso ajudar? ([/index.php/posso-ajudar](#))

*Ver custos renováveis e não renováveis no fls 6 e 7*

BOAS-VINDAS

INSTITUCIONAL

GESTOR PÚBLICO

FORNECEDORES

TRANSPARENCIA

PÁGINA INICIAL ([/INDEX.PHP](#)) > ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS ([/INDEX.PHP/ORIENTACOES-E-PROCEDIMENTOS](#)) > GESTOR PÚBLICO ([/INDEX.PHP/ORIENTACOES-E-PROCEDIMENTOS/58-GESTOR-DE-COMPRAS/880-IMPACTOS-DA-REFORMA-TRABALHISTA-NOS-CONTRATOS-DA-ADMINISTRACAO](#))

MENU

## Impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração

([/index.php/orientacoes-e-procedimentos/58-gestor-de-compras/880-impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao](#))

9

### Custos não renováveis - Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado

Quando das prorrogações contratuais, o órgão contratante deverá analisar cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços e realizar a exclusão dos itens considerados "não renováveis", ou seja, aqueles custos que não foram utilizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, para que não caracterize custos *bis in idem*, pois já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência do contrato.

Como exemplo, tem-se a **provisão para pagamento de aviso prévio, quer indenizado ou trabalhado**. Como esses custos são estimados de forma proporcional e pagos antecipadamente (antes da sua ocorrência), descabe a provisão desses custos nas sucessivas prorrogações, em caso da sua não incidência.

**Não é só excluir sem análise. Tem de verificar as ocorrências**

10

Na presente hipótese (não incidência), deverá constar da planilha de custos para a prorrogação somente a previsão da extensão do aviso prévio, consoante disposto na Lei nº 12.506, de 2011, de três (03) dias a mais por ano trabalhado, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses. Além deste, também deverão ser renovadas as provisões para possível pagamento de multa sobre o saldo do FGTS, uma vez que a mesma tem natureza cumulativa aos depósitos realizados mês a mês.

Todavia, se o gestor do contrato avaliar que esses custos foram utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proportional.

Fonte: Nota Técnica nº 852/2017- Delcy/Seges/MF ([/imagens/contratos/ArquivosCGNOR/NotaSEI-852-2017.pdf](#))

Então não existe ZERO na prorrogação do APIind e APTrab  
Deixar sempre os 3 dias e não aumentar para 6, 9 e 12.

11

11

**Parecer Referencial CCA/PGFN nº 02/2020** – Finalidade: Viabilizar o não envio de minuta de termo aditivo de prorrogação para análise da Procuradoria

CHECK-LIST DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL			
	<b>ATENÇÃO:</b> Caso uma ou mais respostas sejam "NÃO", deverá a autoridade encaminhar o termo aditivo e o processo administrativo de prorrogação contratual para análise da Procuradoria	Sim Não Não se aplica	fls.
13	Em sendo a primeira prorrogação contratual, foi realizada a negociação para eliminar os custos fixos variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos ou foi juntada aos autos declaração de inexistência de tais custos?		

Não visualizei esse assunto na Lei 14.133

12

12

Os custos não renováveis aplicam-se indistintamente e integralmente tanto para Conta Vinculada como para o Pagamento pelo Fato Gerador?

13

13

**1) Certamente, para a Conta Vinculada** e para as Planilhas de Custos que não tem nem CV nem PFG.

**2) Parcialmente para o PFG.** Há um entendimento de que não se aplica para o PFG, porém, entende-se que se aplicaria, ao menos, para os **Equipamentos já depreciados**. Também devem ser considerados os 3 dias a cada aniversário do contrato.

Nota: 1) Este curso também diz respeito em muito a quem utiliza somente o PFG; e 2) todos deveriam saber tanto de CV como de PFG, para preencher planilha na fase interna e entender as planilhas apresentadas pelos licitantes.

14

14

Imagine-se, por hipótese, no caso do **PFG**, que a licitante considerou a depreciação de todos os Equipamentos em apenas 1 ano, e cujo prazo de vida útil é de 60 meses. Se o contrato vigorar por 5 anos, a Administração vai pagar, **indevidamente**, 4 Equipamentos. Lembre-se que o Módulo 5 onde estão contidos os Equipamentos é pago mensalmente.

Isso não significa que por ocasião da prorrogação que não se deva analisar a planilha de custos de **PFG** para verificar a ocorrência de alguma anomalia, como: 1) itens de custo que não deveriam constar na planilha; 2) percentuais elevados em relação aos normalmente praticados; 3) materiais/equipamentos planejados em excesso não utilizados ou não fornecidos, por que não necessários; etc. **Isso poderá acarretar a redução do valor do contrato e do valor diário do substituto.**

15

15

## Principais diferenças entre a Conta Vinculada para o Pagamento pelo Fato Gerador

16

16

### **Principais diferenças entre a CV e o PFG:**

- Na **CV** despende-se mensalmente o **valor integral** previsto na planilha. Ou seja, a Administração despende o valor total do contrato (só que uma parte vai para a conta vinculada, que é de propriedade da contratada).
  
- Na **CV**, mensalmente, é retido e recolhido em uma conta em instituição financeira um % da Remuneração Total, conforme o RAT da contratada, para provisionar 13º, Férias, 1/3 de Férias, encargos sobre F + 13º e Multa do FGTS. O dinheiro nessa conta é da contratada.

17

17

- No **PFG** paga-se mensalmente **somente** aquelas despesas que efetivamente ocorreram no mês. Podemos dizer que existem 3 valores no **PFG**:

- 1) um valor mensal contratual (ex.: R\$ 10.000,00),
- 2) um valor fixo mensal (ex.: R\$ 7.000,00), e
- 3) um valor fixo mensal **mais** as ocorrências verificadas no mês (entre R\$ 7.000,00 e R\$ 10.000,00, mas pode superar no último mês de contrato).

18

18

- Na **PFG**, mensalmente, são “retidas em uma conta contábil fictícia”, as provisões para 13º, Férias, 1/3 de Férias, e encargos sobre Férias e 13º, Provisão para Rescisão (Módulo 3) e as Ausências Legais (Módulo 4). Para fins de previsão orçamentária para o exercício seguinte (restos a pagar), deve ser “provisionada” a incidência do Módulo 6 (CI, Lucro e Tributos) sobre essas rubricas.
- Na **CV**, ao final do contrato, havendo saldo, **restitui-se** ao contratado o saldo remanescente da conta vinculada.

19

19

- No **PFG**, ao final do contrato, havendo saldo, **nada se restitui** ao contratado, ficando com a Administração o saldo remanescente da “conta contábil ficta”.
- Presume-se que, se a contratada não demitir seus empregados ao final do contrato, vai ficar no prejuízo.
- Tanto na **CV** como no **PFG** há que se ter um controle detalhado, porém na **CV** alguns utilizam a sistemática de “conta única” e não por empregado, com as devidas cautelas, pois que o dinheiro na conta vinculada é da empresa.

20

20

ANEXO XII DA IN SEGES Nº 5/2017 – CONTA VINCULADA - RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - % INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO			
ITEM	RAT=1%	RAT=2%	RAT=3%
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00%		
Subtotal	24,43		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário	7,39%	7,60%	7,82%
Total	31,82%	32,03%	32,25%
MPDG entende que o aviso-prévio trabalhado não mais deve compor a conta vinculada, nem o aviso-prévio indenizado.			
			21

21

CONSIDERAÇÕES INICIAIS  
SOBRE AS DUAS FÉRIAS  
QUE CONSTAM NO  
SUBMÓDULO 2.1.B E  
NO SUBMÓDULO 4.1.A

22

22

### CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- 1) AS DUAS FÉRIAS NA PLANILHA NOS SUBMÓDULOS 2.1.B E 4.1.A,
- 2) BASE DE CÁLCULO DO CUSTO DO PROFISSIONAL AUSENTE (BCCPA) DO SUBMÓDULO 4.1, E
- 3) A INCIDÊNCIA DO INSS + FGTS SOBRE O SUBMÓDULO 4.1 (NA PRÓPRIA BCCPA OU EM LINHA ESPECÍFICA)

**Estes são os 3 itens que mais estão trazendo dúvidas e equívocos após a IN SEGES nº 5/2017, tanto para a CV como para o PFG.**

23

23

ANTES DE INICIAR, VAMOS APRESENTAR UMA VISÃO SOBRE OS MÓDULOS E SUBMÓDULOS DA **ATUAL** PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA IN SEGES Nº 5/2017, ALTERADA PELA IN SEGES Nº 7/2018, E VISÃO **DAS ALTERAÇÕES** PROCEDIDAS EM RELAÇÃO À PLANILHA **ANTIGA** DA IN SLTI Nº 2/2008

24

24

## Anexo VII-D da IN SEGES nº 5/2017 Visão dos Módulos da Planilha de Custos

### Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
<del>F</del>	<del>Adicional de Hora Extra no Período Trabalhado (excluído pela IN 7/2018)</del>	
F	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Comentar o impacto da reforma trabalhista de 2017 neste Módulo para a jornada de **12h x 36 h**: 1) fim do adicional noturno e da hora reduzida noturna na prorrogação da jornada; 2) fim do feriado trabalhado como hora extra; 3) adicional de intervalo agora como de natureza indenizatória e 4) discussão sobre o DSR/RSR. 5) Fora do 12 x 36: fim das horas **in itinere** (horas de itinerário/estrada) como extra.

25

25

### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, **férias** e adicional de férias. (redação dada pela IN 7/2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (redação dada pela IN 7/2018)

26

26

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou Sesi	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. ~~o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6~~ (redação dada pela IN 7/2018, exatamente como consta, com vírgula depois do Módulo 1)

**Nota do Justo:** A exclusão do Módulo 4 deve ser por causa da BCCPA que já tem INSS + FGTS

27

27

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Comentar o impacto da reforma trabalhista de 2017 neste Submódulo, como: 1) o fim da natureza salarial das diárias acima de 50% do salário básico, e 2) adicional de intervalo que muitos estão colocando neste Submódulo.

28

28

### Módulo 3- Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência <del>dos encargos do submódulo 2.2 de GPS, FGTS e outras Contribuições</del> sobre o Aviso Prévio Trabalhado <del>(nova redação dada pela IN 7/2018)</del>	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
	<b>Total</b>	

29

29

### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

~~Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço. (alterada pela IN 7/2018)~~

**Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (nova redação dada pela IN 7/2018)**

~~Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo. (revogada pela IN 7/2018) Nota do Justo – Deve ser por causa da BCCPA que contempla INSS + FGTS~~

30

30

### Qual a base de cálculo? Depende da modelagem. Veremos

Submódulo 4.1 - **Substituto nas Ausências Legais** (nova redação dada pela IN 7/2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (NR pela IN 7/2018)	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (NR pela IN 7/2018)	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	(NR pela IN 7/2018)
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	(NR pela IN 7/2018)
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	(NR pela IN 7/2018)
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	(NR pela IN 7/2018)
Total		

~~Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço. (revogada pela IN 7/2018)~~

E a “Ausência por doença”? Que foi excluída na IN 5/2017

31

31

Registre-se que na IN 5/2017 foi excluído o item “Ausência por doença” também conhecido por “atestado médico”.

Porém, isso não quer dizer não se possa mais considerar essa ausência na planilha, até por que está prevista na CLT no artigo 131, III.

Assim, cogitam-se duas hipóteses: 1) manter em linha específica o item “Substituto da cobertura de Ausência por doença”, ou 2) Incluir a “Ausência por doença” no item de custo “Substituto na cobertura de Ausências Legais”, previsto no artigo 473 da CLT, deixando claro essa possibilidade. Neste caso sugere-se a seguinte redação: **“Substituto na cobertura de Ausências Legais (incluído o Ausência por doença)”**.

Assim, se adotada a hipótese 2, o número de dias seria de 4, sendo 1 por ausências legais e 3 por doença.

32

32

### Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada (nova redação dada pela IN 7/2018)

4.2	Substituto na Intra jornada (NR pela IN 7/2018)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação (NR pela IN 7/2018)	
Total		

~~Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2: (revogada pela IN 7/2018)~~

33

33

### Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

34

34

### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>			

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

35

35

**Com eram antes da IN SEGES nº 5/2017, com as INs MARE nº 16/1996 e 18/1997 e IN SEGES nº 2/2008, até a IN SLTI nº 6/2013 (de 23/12/2013, com entrada em vigor 60 dias após):**

- 1) As Férias,
- 2) A base de cálculo do custo do profissional ausente (BCCPA) do Submódulo 4.1, e
- 3) A incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1.

36

36

### Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário e Adicional de Férias (numeração à época)

<b>4.2</b>	<b>13º (décimo terceiro) salário e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>13º (décimo terceiro) salário</b>	
<b>B</b>	<b>Adicional de Férias</b>	
<b>Subtotal</b>		
<b>C</b>	<b>Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário e Adicional de Férias</b>	
<b>TOTAL</b>		

A ideia é mostrar que só tinha 1 Férias e uma linha específica de incidência do INSS + FGTS

37

37

### Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente (numeração à época)

<b>4.5</b>	<b>Composição do custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	<b>Férias</b>	
<b>B</b>	<b>Ausência por doença</b>	
<b>C</b>	<b>Licença paternidade</b>	
<b>D</b>	<b>Ausências legais</b>	
<b>E</b>	<b>Ausência por acidente de trabalho</b>	
<b>F</b>	<b>Outros (especificar)</b>	
<b>Subtotal</b>		
<b>G</b>	<b>Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>TOTAL</b>		

A ideia é mostrar que só tinha 1 Férias e uma linha específica de incidência do INSS + FGTS

38

38

**Com eram depois da IN SLTI nº 6/2013, de 2013** (de 23/12/2013, com entrada em vigor 60 dias após) **até a IN SEGES nº 5/2017:**

- 1) As Férias,
- 2) A base de cálculo do custo do profissional ausente (BCCPA) do Submódulo 4.1, e
- 3) A incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1.

39

39

#### **Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário**

4.2	13º (décimo terceiro) salário	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) salário	
B	Adicional de Férias (excluído pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013 – foi para junto das Férias)	
Subtotal		
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário (letra B renumerada pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013)	
TOTAL		

A ideia é mostrar que só tinha 1 Férias e uma linha específica de incidência do INSS + FGTS

40

40

#### Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente

4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias (incluído pela IN SLTI/MPOG nº 6/2013)	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	
TOTAL		

A ideia é mostrar que só tinha 1 Férias e uma linha específica de incidência do INSS + FGTS

41

41

4.5 - Custo de reposição do profissional ausente			
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): $BCCPA = Rem + 13^o + Férias + 1/3 \times Férias$ - Exceto 4.5."A" que tem percentual próprio.		
4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente		Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional Obrigatória a cotação de 12,10% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da remuneração, conforme art. 19-A e Anexo VII da IN 2/08 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)	12,10%	
B	Ausência por doença		
C	Licença-paternidade		
D	Ausências legais		
E	Ausência por acidente de trabalho		
F	Outros (especificar)		
Subtotal			
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente		
TOTAL			

Planilha de 2015. Não tinha ainda PFG. Ou CV ou sem CV  
Vejam que tinha a linha "Ausência por doença".

42

42

## Como são agora, com a IN SEGES nº 5/2017 e IN SEGES nº 7/2018:

- 1) As Férias,
- 2) A base de cálculo do custo do profissional ausente (BCCPA) do Submódulo 4.1, e
- 3) A não incidência em linha específica do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1.

43

43

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. ~~e Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6~~ (redação dada pela IN 7/2018, exatamente como consta, com vírgula depois do Módulo 1)

**Nota do Justo:** A exclusão do Módulo 4 deve ser por causa da BCCPA que já tem INSS + FGTS

Só para mostrar que a sugestão da incidência em linha específica do INSS + FGTS sobre as rubricas do Módulo 4 foi suprimida pela Nota 3. Mas isso não significa que não incida de outra forma.

44

44

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Nota 3 incluída pela IN 7/2018)

A Nota 3 deve constar em qualquer tipo de planilha (CV ou PFG)? Resposta: **Não**, depende da modelagem da planilha.

45

45

## Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

### Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença	
Total		

Vejam que não tem a linha específica de INSS + FGTS, eis que constam no BCCPA no Módulo 2

46

46

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.									
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): $BCCPA = \text{MÓDULO 1} + \text{MÓDULO 2} + \text{MÓDULO 3}$ - exceto o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS									
MÓD 1 =			MÓD 2 =			MÓD 3 =			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais					Custo diário = $BCCPA/30=$				
4.1	Substituto nas Ausências Legais						Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Férias						Cálculo do valor = $BCCPA/12$		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais						Cálculo do valor = $[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}]/12$		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade						Cálculo do valor = $(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / 12 \times 1,5\%$		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho						Cálculo do valor = $\{[(BCCPA/30) \times 15 \text{ dias} / 12] \times 0,78\%$		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade						Cálculo do valor = $\{[(MÓD1 + MÓD1 / 3) / 12 + (SUB2.2 + SUB2.3 + MÓD3)] \times (4/12)\} \times 2\%$		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença						Cálculo do valor = $[(BCCPA/30) \times 3 \text{ dias}]/12$		
							Total		

Modelo válido somente para o **PFG**. Só para ver a BCCPA. Vejam que o INSS + FGTS estão no Mód 2 da BCCPA. A “filosofia” é que o o substituto tenha o mesmo custo do titular. Vejam o “Custo diário.

47

COMO DEVE SER A  
PLANILHA DE CUSTOS  
DO PAGAMENTO PELO  
FATO GERADOR

48

48

**PAGAMENTO PELO FATO GERADOR**, com a IN SEGES nº 5/2017, a IN SEGES nº 7/2018 e o Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador

- 1) Com duas Férias, no 2.1.B e no 4.1.A, sendo às do 4.1.A calculada pela divisão da BCCPA por 12
- 2) A soma das Férias e do 1/3 de Férias no 2.1.B deve ser de 11,11%
- 3) Deve ser excluída a Nota 3 do Submódulo 2.1
- 4) A BCCPA deve ser calculada como o somatório do Mód 1 + Mód 2 + Mód 3
- 5) Sem linha específica de incidência do INSS e FGTS sobre o Submódulo 4.1, em face de que estes já constam na BCCPA no Submódulo 2.2

49

49

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias (deve ser de 11.11% da Rem)	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Nota 3 incluída pela IN 7/2018)

PFG deve ficar exatamente assim, porém, sem a Nota 3, por quê? Comentar o que ocorre nas férias do titular.

50

50

MÊS DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS	
Módulo 1 – Composição da Remuneração	0,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios	2.736,00
Submódulo 2.1 – 13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2.000,00
13º Salário	0,00
Férias e Adicional de Férias	2.000,00
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciário de FGTS	736,00
GPS	576,00
FGTS	160,00
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários	0,00
Vale Transporte	0,00
Vale Alimentação	0,00
Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
API com Probabilidade	0,00
Aviso Prévio Indenizado - API	0,00
Multa do FGTS do API	0,00
APT com Probabilidade	0,00
Multa do FGTS do APT	0,00
Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	3.197,10
Custo diário do Repositor	106,57
Módulo 5 – Insumos de Mão de Obra	300,00
Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	1.580,09
<b>TOTAL</b>	<b>7.813,19</b>
Nota: Diferenças nos valores dos cálculos referem-se às dízimas periódicas do Excel.	

51

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositivo/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.			
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 - exceto o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>			
MÓD 1 =		MÓD 2 =	
MÓD 3 =			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		Custo diário = BCCPA/30=	
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias Cálculo do valor = BCCPA/12		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = (BCCPA/30)x5dias/12)x1,5%		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x15dias/12)x0,78%		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = [(MÓD1 + MÓD1 / 3) / 12 + (SUB2.2 + SUB2.3 + MÓD3)] x (4/12) x 2%		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12		
<b>Total</b>			

52

52

## CONTA VINCULADA

Como **podem** ser (ou, como estão aparecendo) com a IN SEGES nº 5/2017 e IN SEGES nº 7/2018?

- 1) As Férias
- 2) A base de cálculo do custo do profissional ausente (BCCPA) do Submódulo 4.1
- 3) A forma de incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1

53

53

## CONTA VINCULADA

Podem ser visualizadas **3 modelagens** de planilha:

- 1) MODELAGEM OFICIAL** (não recomendada, mas não é considerada ilegal, e é mais onerosa - Exatamente como consta nas orientações oficiais, ou sejam:
- a) Com duas Férias, no 2.1.B e no 4.1.A, sendo às do 4.1.A calculada pela divisão da BCCPA por 12
  - b) A soma das Férias e do 1/3 de Férias no 2.1.B deve ser de 12,10%
  - c) Deve ser mantida a Nota 3 do Submódulo 2.1
  - d) Deve-se, na primeira prorrogação **anual** do contrato de 12 meses, serem excluídas as Férias do 2.1.B.

54

54

- e) A BCCPA pode ser calculada como o somatório do Mód 1 + Mód 2 (- VA - VT) + Mód 3.
- f) Se o prazo de vigência do contrato for **superior a 12 meses**, então esta modelagem não pode ser aplicada, pois há orientações do comprasnet de que não se pode utilizar as duas férias quando o contrato for superior a 12 meses (entendo que vale somente para a conta vinculada). Sítio: 11. Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços — Português (Brasil) (www.gov.br)
- g) Sem linha específica de incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1, em face de que estes já constam na BCCPA no Submódulo 2.
- h) Foi apresentada essa modelagem por que é encontrada. Não é recomendada.

55

55

### Conta Vinculada — MODELAGEM OFICIAL - com 2 Férias, com 12,10 % e SEM linha específica de INSS + FGTS no Submódulo 4.1

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17	8,33%	
B	Férias e Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 12,10% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17. Na prorrogação, será excluído o item Férias em cumprimento da Nota 3, permanecendo somente o Adicional de Férias	12,10%	
Total			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Mantém-se as Férias no 2.1.B e a Nota 3.

56

56

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.									
<b>Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 (menos VA e VT) + MÓDULO 3 - exceto o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>									
MÓD 1 =		MÓD 2 (-VA e -VT) =		MÓD 3 =			BCCPA =		
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>									
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>							<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Férias <b>Cálculo do valor = BCCPA/12</b>								
<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais <b>Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12</b>								
<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade <b>Cálculo do valor = (BCCPA/30)x5dias/12)x1,5%</b>								
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho <b>Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x15dias]/12}x0,78%</b>								
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade <b>Cálculo do valor = {[(MÓD1 + MÓD1 / 3) + (SUB2.2 + (SUB2.3 - VA - VT) + MÓD3)] x (4/12) / 12} x 2%</b>								
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Ausência por doença <b>Cálculo do valor = [(BCCPA)/30)x3dias]/12</b>								
								<b>Total</b>	

Sem linha específica de INSS + FGTS, eis que constam na BCCPA no Módulo 2

57

<p>A modelagem na CV com 11,11% não é aceita pelo TCU, conforme no Acórdão 2.161/2021-P que diz que tem que ser de 12,10%</p>
---

### CONTA VINCULADA

#### MODELAGEM RETIFICADA, com 1 Férias, com 12,10% (soma do 2.1.B + 4.1.A)

- O percentual de 1/3 de Férias no 2.1.B deve ser de 3,025%
- Deve ser excluída a Nota 3 do Submódulo 2.1
- A BCCPA deve ser calculada como o somatório do Mód 1 + Mód 2 (- VA - VT) + Mód 3, e não vai incidir sobre o 4.1.A, que terá percentual específico
- O percentual fixado no 4.1.A deve ser de 9,075% + o INSS e FGTS
- A soma dos percentuais do 2.1.B e 4.1.A deve ser de 12,10%
- Sem linha específica de incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1, em face de que já constam na BCCPA no Submódulo 2

59

59

### Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

#### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17	8,33%	
B	Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,075 sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração. É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração.	3,025%	
Total			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Excluir esta Nota 3 e as "férias" da Nota nº 1)

60

60

Só o 9,075%, sem a incidência de INSS + FGTS, não fica completo

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente							
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.							
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 (menos VA e VT) + MÓDULO 3 - exceto o Substituto da cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, pois que neste último a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>							
MÓD 1 =		MÓD 2 (-VA e -VT) =		MÓD 3 =		BCCPA =	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais							
4.1	Substituto nas Ausências Legais					Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)					9,075%	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = $\{[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}] / 12\}$						
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = $\{(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / (12) \times 1,5\%$						
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = $\{[(BCCPA/30) \times 15 \text{ dias}] / 12\} \times 0,78\%$						
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = $\{[(MÓD1 + MÓD1 / 3) + (SUB2.2 + (SUB2.3 - VA - VT) + MÓD3)] \times (4/12) / 12\} \times 2\%$						
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = $\{[(BCCPA)/30] \times 3 \text{ dias} / 12\}$						
						Total	

Sem a linha específica de incidência do INSS + FGTS, eis que constam na BCCPA no Módulo 2 – **Faltou o INSS e o FGTS sobre o 4.1.A**

61

61

Tem que ter a incidência do INSS + FGTS no 4.1.A. Fica diferente

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.						
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 (menos VA e VT) + MÓDULO 3 - exceto o Substituto da cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, pois que neste último a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>						
MÓD 1 =	2.000,00	MÓD 2 (-VA e -VT) =	1.044,40	MÓD 3 = 143,58	BCCPA = 3.187,98	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais						
4.1	Substituto nas Ausências Legais				Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do (Módulo 1 - Composição da Remuneração mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o resultado da operação anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)			9,075%	35,80%	246,48
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = $[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}] / 12$					8,86
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = $(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / 12 \times 1,5\%$					0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = $\{[(BCCPA/30) \times 15 \text{ dias}] / 12\} \times 0,78\%$					1,04
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = $\{[(MÓD1 + MÓD1 / 3) + (SUB2.2 + (SUB2.3 - VA - VT) + MÓD3)] \times (4/12) / 12\} \times 2\%$					2,02
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = $[(BCCPA)/30] \times 3 \text{ dias} / 12$					26,57
Total						285,63

62

62

## CONTA VINCULADA

**MODELAGEM ANTIGA (tem linha específica de incidência do INSS + FGTS, pois a base de cálculo tem natureza salarial.**

- a) Com apenas uma Férias no 4.1.A com percentual de 9,075%
- b) O percentual de 1/3 de Férias de 3,025%
- c) A soma das Férias do 4.1.A e do 1/3 de Férias no 2.1.B deve ser de 12,10%.
- d) Deve ser excluída a Nota 3 do Submódulo 2.1.
- e) A BCCPA deve ser calculada como o somatório da Remuneração + 13º + Férias + 1/3 Férias
- f) Com uma linha específica de incidência do INSS + FGTS sobre o Submódulo 4.1

63

63

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17	8,33%	
B	Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,075 sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração. É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração.	3,025%	
Total			
<p>Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias.</p> <p>Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.</p> <p><b>Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não-renovável. (Excluir esta Nota 3 e as "férias" da Nota nº 1)</b></p>			
<p>Sugere-se excluir essas Férias e todas as menções posteriores e a Nota 3. No 4.1 a BCCPA (exceto o Afastamento Maternidade) é: Rem + 13ª + Férias + 1/3 Férias, com uma linha adicional de INSS + FGTS</p>			

64

64

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
<p>Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.</p> <p>Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <math>BCCPA = \text{Remuneração} + 13^\circ + \text{Férias} + 1/3\text{Férias}</math> (exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, pois que neste último a Rem e o 13º são compensados pelo INSS) – Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário.</p>									
Rem =			13º =			Férias + 1/3Férias =			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais									
4.1	Substituto nas Ausências Legais							Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias <small>Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)</small>							9,075%	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais								
	Cálculo do valor = $((BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}) / 12$								
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade								
	Cálculo do valor = $(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / 12 \times 1,5\%$								
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho								
	Cálculo do valor = $((BCCPA/30) \times 15 \text{ dias} / 12) \times 0,78\%$								
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade								
	Cálculo do valor = $((MÓD1 + MÓD1 / 3) / 12 \times (4/12)) \times 2\%$								
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença								
	Cálculo do valor = $((BCCPA/30) \times 3 \text{ dias}) / 12$								
Total									
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1								
Total									

No 4.1.A a BCCPA (exceto o Afastamento Maternidade e Férias) é: Rem + 13º + Férias + 1/3 Férias, com uma linha adicional de INSS + FGTS

65

65

## CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- 1) AS DUAS FÉRIAS INTEGRAIS NA PLANILHA NOS SUBMÓDULOS 2.1.B E 4.1.A,
- 2) BASE DE CÁLCULO DO CUSTO DO PROFISSIONAL AUSENTE (BCCPA) DO SUBMÓDULO 4.1, E
- 3) A INCIDÊNCIA DO INSS + FGTS SOBRE O SUBMÓDULO 4.1 (NA PRÓPRIA BCCPA OU EM LINHA ESPECÍFICA)

**Estes são os 3 itens que mais estão trazendo dúvidas e equívocos após a IN SEGES nº 5/2017, tanto para a CV como para o PFG.**

66

66

**Considerações sobre as duas Férias integrais (no 2.1.B e 4.1.A) para subsidiar a decisão de se adotar um procedimento quando da elaboração da planilha:**

- 1) As **duas Férias integrais** foram uma inovação da IN SEGES nº 5/2017 (no 2.1.B e no 4.1.A). Desde as INs MARE nº 16/1996 e 18/1997 somente existia **1 Férias**.
- 2) Os ex-cadernos técnicos de limites, as orientações sobre a planilha e o Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador calculam as **duas Férias** de forma **integral** (2.1.B e no 4.1.A). Já o PFG calcula as duas Férias integrais mantendo o mesmo valor nos 5 anos de contrato. Ressalta na pg. 77 que se deve acrescentar os 3 dias.
- 3) A IN SEGES nº 7/2018 determina que as **Férias integrais** do 2.1.B são custos não renováveis, devendo ser excluídas na primeira prorrogação. Pela redação original da IN SEGES nº 5/2017 não havia essa recomendação de exclusão.

67

67

4) Para o **Pagamento pelo Fato Gerador**, deve-se inserir na planilha de custos as **duas Férias** no primeiro período de vigência do contrato, e sempre, se for fielmente cumprido o que está estabelecido no Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador 2018, eis que o mesmo prevê que **no mês do pagamento de férias do titular (segundo ano do contrato) o Módulo 1 – Composição da Remuneração deverá ser zerado**, pois utiliza a “filosofia” de 11 Remunerações + 1 Férias. Falar do VA e VT no PFG. Slide seguinte.

OBSERVAÇÃO: Não será tratada a hipótese de excluir as **Férias** do 2.1.B no primeiro período de vigência do contrato no **PFG** e para sempre, em face de não corresponder ao previsto no Caderno de Logística do PFG 2018, sendo que não é intenção deste curso “criar” um Caderno de Logística do PFG “paralelo” ao oficial.

68

68

MÊS DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS	
Módulo 1 – Composição da Remuneração	0,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios	2.736,00
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2.000,00
13º Salário	0,00
Férias e Adicional de Férias	2.000,00
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciário de FGTS	736,00
GPS	576,00
FGTS	160,00
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários	0,00
Vale Transporte	0,00
Vale Alimentação	0,00
Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
API com Probabilidade	0,00
Aviso Prévio Indenizado - API	0,00
Multa do FGTS do API	0,00
APT com Probabilidade	0,00
Multa do FGTS do APT	0,00
Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	3.197,10
Custo diário do Repositor	106,57
Módulo 5 – Insumos de Mão de Obra	300,00
Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	1.580,09
<b>TOTAL</b>	<b>7.813,19</b>
Nota: Diferenças nos valores dos cálculos referem-se às dízimas periódicas do Excel.	

69

EMPREGADO AGOSTO	
Supondo que o empregado Augusto venha se ausentar 3 (três) dias consecutivos de trabalho pelo motivo de casamento, consoante o inciso II do art. 473 da CLT. Nesse mês, faz-se necessário o pagamento a maior uma vez que paga-se o empregado substituto. <b>Conforme explicação a seguir:</b>	
PAGAMENTO NO MÊS EM QUE AGOSTO ESTEVE AUSENTE 3 (TRÊS) DIAS CONSECUTIVOS DE TRABALHO	
Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.500,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios	1.032,00
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
13º Salário	0,00
Férias e Adicional de Férias	0,00
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciário de FGTS	552,00
GPS	432,00
FGTS	120,00
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários	480,00
Vale Transporte*	100,00
Vale Alimentação*	380,00
Módulo 3 – Provisão para Rescisão	0,00
API com Probabilidade	0,00
Aviso Prévio Indenizado - API	0,00
Multa do FGTS do API	0,00
APT com Probabilidade	0,00
Multa do FGTS do APT	0,00
Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	319,71
Custo diário do Repositor	106,57
Módulo 5 – Insumos de Mão de Obra	300,00
Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	798,96
<b>TOTAL</b>	<b>3.950,67</b>

70

5) Para a **Conta Vinculada** entende-se que não se deve adotar **duas Férias integrais** no primeiro período do contrato (e sempre):

- Se no primeiro período anual de vigência do contrato forem provisionadas as **Férias integrais** no 2.1.B e no 4.1.A, como indicado pela IN 7/2018, teríamos 3 “provisões” (Módulo 1; 2.1.B e 4.1.A) para pagar 2 ocorrências (remuneração do titular e do substituto no mês de férias do titular). Ou seja, S.M.J., uma “provisão” não teria finalidade.
- No mês em que o titular gozar férias, necessitaremos de 2 “provisões” (remunerações): uma para pagar o titular que vai estar de férias e outra para o substituto que vai trabalhar no lugar do titular. Onde estão essas 2 “provisões” (remunerações)?

71

71

**Resposta:** Uma está na remuneração mensal paga pelo Módulo 1 e a outra está, por exemplo, na provisão do 4.1.A quando esta for provisionada em lugar da do 2.1.B. Porém, se for cotada no 2.1.B deve ser excluída na prorrogação. E se estiverem zeradas as Férias do 4.1.A como se constata com frequência? Por causa da Nota 3.

6) Se o prazo de vigência do contrato **for superior a 12 meses**, não podem ser utilizadas duas férias, pois há orientações do Comprasnet quando o contrato for superior a 12 meses (entende-se que vale somente para a conta vinculada).

**Sítio:** [11. Orientações gerais para planilha de custos e formação de preços — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)

72

72

8) Quando o contrato for **superior a 12 meses (em que as estatísticas são anuais)**, o que fazer com as fórmulas do Módulo 3 (os 2 avisos prévios) e do 4.1.B em diante do Módulo 4.1 (ausências legais, acidente de trabalho, licença paternidade, afastamento maternidade, etc.)?

- Para o **aviso prévio trabalhado**, tanto para o PFG como para a CV, deve-se dividir a fórmula pelo número de meses do contrato (18, 20, 24, 30, 36, etc.) e não por 12 meses. O motivo é a finalidade deste item que é a constituição de provisão para substituir 90%, 95%, 100%, etc. dos empregados titulares, **ao fim do contrato**, que têm direito a 7 dias de ausência para procurar emprego.

73

73

➤ **Conta Vinculada – Resposta da SEGES:**

“Preliminarmente à manifestação do questionamento em tela cabe esclarecer os seguintes pontos:

- (i) nos casos de rubricas que seu valor é dado por meio de estatísticas - exclusivamente o Módulo 3 (Provisão para rescisão) e Módulo 4 (Custo de Reposição do profissional ausente), pagamentos diferidos mensalmente -, estas não devem ser ressarcidas à Administração, uma vez que elas são estimadas e existe a probabilidade de acontecer ou não.
- (ii) **independente da duração do contrato**, -seja 12 meses, 36 meses ou mais -, **os percentuais da conta vinculada permanecem** àqueles previstos no item 14 do Anexo XII da Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. *(grifado no original)*

74

74

Adentrando ao questionamento, esta unidade técnica se manifesta no sentido de uma vez que o contrato é licitado e assinado como plurianual os itens de planilha devem refletir da mesma forma, uma vez que **a prorrogação contratual consiste em finalização de um prazo de contrato e possibilidade de renovação.**

**Situação 1: O contrato tem vigência de 24 meses.**

Os itens de planilha que são pagos de forma diferida devem ser estimados e cotados para a vigência de 24 meses. Exemplo, nos itens de reposição deverá ser cotada a probabilidade de ocorrência de ausências legais para 24 meses e dividido para 24 meses, uma vez que, a possibilidade de prorrogação só irá ocorrer em 24 meses. Caso haja a prorrogação contratual irá ser avaliado o que foi pago e utilizado, entrando no mérito de "custos renováveis ou não".

75

75

Explica-se ainda que é de extrema responsabilidade da licitante fazer a cotação desses itens o mais próximo da realidade dela, uma vez que, caso a empresa utilize todo o valor estimado nos primeiros 12 meses é tão somente o ônus dela arcar com qualquer ocorrência que extrapole o cotado em planilha. Tal regra está ancorada no que dispõe o art. 63 de IN nº 5, de 2017. *(Nota do instrutor: transcreveu todo o art. 63 da IN 5/2017)*

76

76

### **Situação 2: O contrato tem vigência de 60 meses.**

Os itens de planilha que são pagos de forma diferida devem ser estimados e cotados para a vigência de 60 meses. Exemplo, nos itens de reposição deverá ser cotada a probabilidade de ocorrência de ausências legais para 60 meses e dividido para 60 meses.

Nesse caso, não há que se falar em prorrogação contratual e conseqüentemente "custos não renováveis", uma vez que a vigência contratual pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, é limitada à 60 meses." FIM

77

77

### **➤ Pagamento pelo Fato Gerador:**

Entende-se que o mesmo racional das fórmulas da **CV** aplica-se para o **PFV**, em contratos com prazos superiores a 12 meses, excluindo-se as características da **CV** (conta vinculada em instituição financeira e a obrigatoriedade de análise dos custos renováveis e não renováveis nas prorrogações).

ALERTA: "... uma vez que, caso a empresa utilize todo o valor estimado nos primeiros 12 meses é tão somente o ônus dela arcar com qualquer ocorrência que extrapole o cotado em planilha.

78

78

**EXEMPLOS:**

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Ausências Legais" para contratos de **12 meses** =  **$[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}] / 12$**

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Ausências Legais" para contratos de **24 meses** =  **$[(BCCPA/30) \times 2 \text{ dias para 24 meses} \times ] / 24 \text{ meses}$**  (sendo: 2 dias/24 meses = 1 dia/12 meses x 24 meses/12 meses)

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Ausências Legais" para contratos de **20 meses** =  **$[(BCCPA/30) \times 1,67 \text{ dias para 20 meses}] / 20 \text{ meses}$**  (sendo 1,67 dias/20 meses = 1 dia/12 meses x 20 meses /12 meses)

79

79

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Ausências Legais" para contratos de **60 meses** =  **$[(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias para 60 meses}] / 60 \text{ meses}$**  (sendo 5 dias/60 meses = 1 dia/12 meses x 60 meses /12 meses)

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Licença-Paternidade" para 12 meses =  **$\{[(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias}] / 12\} \times 1,5\%$**

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Licença-Paternidade" para 20 meses =  **$\{[(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias}] / 20 \text{ meses}\} \times 2,5\%$**  (sendo 2,50%/20 meses = 1,5% /12 meses x 20 meses /12 meses)

80

80

**E a planilha de custos do PFG na prorrogação, eis que tem 2 férias?**

**Não se deve excluir as "Férias" do Submódulo 2.1.B por ocasião da prorrogação**, por que no PFG, no mês em que o titular gozar férias, o Módulo 1 (Rem) deve ser zerado. Ou seja, a Remuneração do titular é paga com a provisão de Férias feita no Submódulo 2.1.B (11 Rem + 1 Férias). Se excluir as Férias e depois zerar a Remuneração no mês de Férias, a contratada ficará no prejuízo.

Conforme consta na pg. 66 do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador 2018, o valor do contrato permaneceu o mesmo por todo o período de 5 anos, exceto pelos 3 dias a cada aniversário do contrato.

Assim, S.M.J., pelo Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, não houve redução/exclusão de custos não renováveis. Ver comentários já feitos sobre isso.

81

81

Então podemos concluir que as planilhas de custos do PFG e CV são iguais no primeiro ano de execução do contrato e na primeira prorrogação?

Resposta: **Não**. Especialmente

- 1) As 2 Férias; e
- 2) A base de cálculo do custo do profissional ausente (Submódulo 4.1)

82

82

### NAS PRORROGAÇÕES

- No **PFG** a planilha de custos será a mesma (vai ter repactuações, etc.) por todo o período de execução contratual, **exceto** pela eventual inserção dos 3 dias no APInd e APTrab a cada aniversário do contrato. Conforme comentado, deve ser analisada a depreciação dos equipamentos.
- Na **CV** a planilha de custos: 1) sugere-se não colocar as "Férias" no 2.1.B; e 2) na prorrogação devem ser analisados e negociados os custos não renováveis, conforme Nota Técnica SEGES nº 652/2017.

83

83

PAUSA PARA  
REALIZAÇÃO  
DE EXERCÍCIO

84

84

## Exercício nº 1 - Sobre as “duas Férias”

Analise a planilha deste exercício, veja se é conta vinculada ou pagamento pelo fato gerador e, a partir disso, somente pelo olhar, e sem a realização de qualquer cálculo, responda qual item de custo deverá ser obrigatoriamente excluído na primeira prorrogação. Justifique.

85

85

Após o exercício nº 1 comente as seguintes possibilidades de na planilhas da **CV** constar, quando da análise para prorrogação:

- 1) Férias + 1/3 Férias no 2.1.B **e zero** no 4.1.A – E agora, na prorrogação, em face da Nota 3?
- 2) Férias + 1/3 Férias no 2.1.B **e um pequeno valor** no 4.1.A correspondente a somente o 13º, Férias e 1/3 Férias apenas de 1 mês do substituto. E agora, na prorrogação, em face da Nota 3?

- $(1/12/12 + 1/12/12 + 1/3 \times 1/12/12) \times 100 = \mathbf{1,62\%}$  da BCCPA
- $(1/12/12 + 1/3 \times 1/12/12) \times 100 = 0,92\%$  da BCCPA

86

86

## ANÁLISE DO MÓDULO 3 PROVISÃO PARA RESCISÃO

- Aviso prévio indenizado – **não renovável**
- Multa sobre o aviso prévio indenizado – **renovável**
- Aviso prévio trabalhado – **não renovável**
- Multa sobre o aviso prévio trabalhado – **renovável**

Este é o Módulo de mais difícil entendimento e o que mais o TCU analisa nas prorrogações

87

87

### VISÃO do APInd, APTrab e Multas e CS

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Quem adotar a conta vinculada pode prever (recomenda-se) 4% para o somatório das duas multas.

88

88

### **AVISO PRÉVIO INDENIZADO**

FUNDAMENTAÇÃO: CF/88, art. 7º, XXI, e CLT, arts. 477 e 487 a 491

**1. CARACTERIZAÇÃO:** a empresa rescinde sem justa causa o contrato de trabalho do empregado e não concede aviso prévio trabalhado. "Não necessito mais dos teus serviços, estás dispensado, vou te pagar **até os 90** dias."

**2. PROJEÇÃO:** conta como tempo de serviço e aposentadoria

**3. O CUSTO** da empresa no aviso prévio indenizado corresponde **até 90** dias. **Vamos ver a Lei nº 12.506/2011.**

**4. DADOS PARA CÁLCULO NA PLANILHA (metodologia a ser utilizada: com somente 30 dias nos primeiros 12 meses):**

- ESTATÍSTICA SUGERIDA (mas existem outras):
- 5% dos empregados são substituídos por ano com API

89

89

**Art. 7º** da CF - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ...

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

#### **LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011**

Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (que ocorreu em 13/10/2011)

90

90

### Capítulo VI da CLT - DO AVISO PRÉVIO

Art. 487. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, **quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra** da sua resolução com a antecedência mínima de:

I - (Revogado pela Constituição, art. 7º, XXI);

II - **30 (trinta) dias** aos que perceberem por quinquena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa.

§ 1º. **A falta do aviso prévio** por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço. **(É o aviso prévio indenizado. Conta como tempo)**

§ 2º. A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.....

91

91

**Art. 488 da CLT.** O horário normal de trabalho do empregado, **durante o prazo do aviso**, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será **reduzido de 2 (duas) horas diárias**, sem prejuízo do salário integral.

Parágrafo único. É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das **2 (duas) horas diárias** previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 1 (um) dia, na hipótese do inc. I, e **por 7 (sete) dias corridos**, na hipótese do inc. II do art. 487 desta Consolidação.

**Deste artigo é que resulta a provisão do APTrab como o custo para substituir o titular por 7 dias para procurar emprego. Supõe-se que ocorrerá ao final do contrato.**

92

92

**ALTERAÇÃO DA CLT:** Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto **por acordo** entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas:

**I - por metade:**

**a)** o aviso prévio, **se indenizado**; e

**b)** a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; (OBS: de 40% para 20%)

**II - na integralidade**, as demais verbas trabalhistas.

Note-se que algumas CCTs dispõem que se o empregado for contratado pela próxima empresa, as despesas com APInd e Multas sobre o FGTS serão reduzidas. **PFG resolve essa questão**

93

93

**ENTENDIMENTO DO MEMO CIRCULAR SRT/MTE Nº 10/2011 e NOTA TÉCNICA SRT/MTE nº 184/2012 - REPERCUSSÃO DA LEI Nº 12.506/2011 NA PLANILHA**

a) A proporcionalidade dos 3 dias a cada ano trabalhado na mesma empresa só vale para favorecer o empregado, quando for demitido sem justa causa. Se o empregado pedir demissão não precisará proporcionalizar o aviso prévio.

b) A proporcionalidade somente começa a contar a partir do momento em que se configure uma relação contratual que supere um ano na mesma empresa.

c) A jornada reduzida em 2 horas durante o aviso prévio trabalhado deverá ter duração por todo o aviso-prévio (de 30 a 90 dias) ou somente dos 7 dias (que não foram majorados).

94

94

Tempo de Serviço (anos completos)	Aviso Prévio Proporcional ao
	Tempo de Serviço (nº de dias)
0	30
1	33
2	36
3	39
4	42
5	45
6	48
7	51
8	54
9	57
10	60
11	63
12	66
13	69
14	72
15	75
16	78
17	81
18	84
19	87
20	90

95

95

#### Nota Técnica SEGES nº 652/2017

23. Levando em consideração o sobrescrito, em paralelismo com a rescisão, denota-se que o **instituto do Aviso Prévio é uno (gênero), tendo como espécie o APT e o API**. O que, por seu turno, **enseja que deva ser levado em consideração no seu todo, tanto para exclusão de sua incidência ou não**. Note-se, que a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, a seguir colacionada, não biparte o Aviso Prévio. Assim, à vista desses preceptivos, **entende-se que o Custo do Aviso Prévio, seja trabalhado ou indenizado, previsto no contrato (planilha de formação de preços) que não forem utilizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, para que não caracterize custos bis in idem**, pois já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência do contrato. **Caso o gestor do contrato avalie que esse custos foram utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar.**

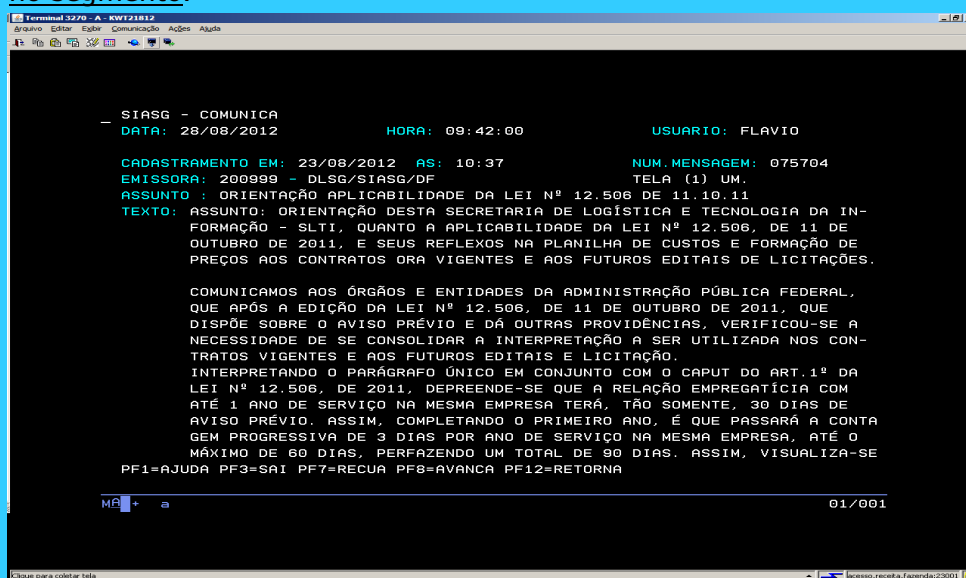
96

27. Dessa forma, caso no primeiro ano de contratação não haja incidência desses custos (aviso prévio trabalhado e indenizado), os 30 (trinta dias) deverão ser excluídos e contabilizado somente mais 3 (três) dias. E assim sucessivamente com os anos posteriores. **Caso não haja incidência acrescenta somente mais 3 (três) dias**, até o limite de quarenta e dois dias. Pode-se considerar que isto representa 10% (dez por cento) do valor originalmente apresentado na proposta. **Dessa forma, esclarece-se que o valor apresentado na proposta deve ser “zerado”, levando-se para o ano seguinte apenas o valor correspondente a 10% (dez por cento), ou seja 3/30 do valor original.**

97

97

A ex-SLTI/MPOG manifestou, por mensagem, o entendimento de que o cálculo da Lei nº 12.506/2011 (3 dias a cada ano) deve ser do contrato e não do tempo de permanência médio na empresa ou no segmento.



```
Terminal 3270 - A: KWT21812
Bravo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

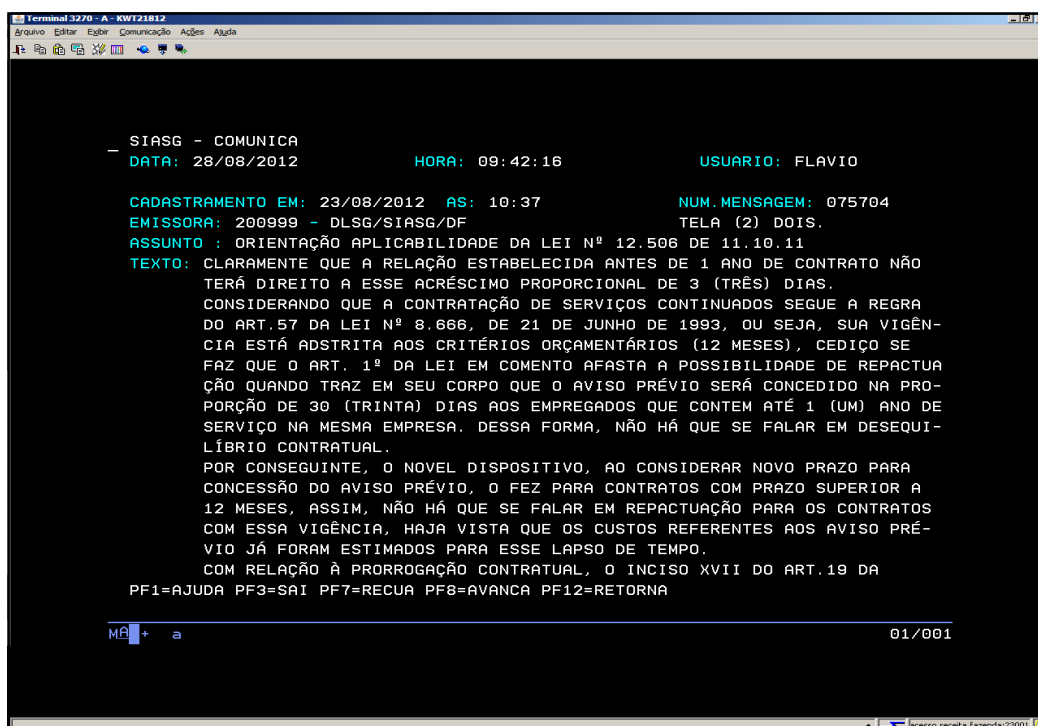
- SIASG - COMUNICA
  DATA: 28/08/2012          HORA: 09:42:00          USUARIO: FLAVIO

  CADASTRAMENTO EM: 23/08/2012  AS: 10:37          NUM.MENSAGEM: 075704
  EMISSORA: 200999 - DLSG/SIASG/DF          TELA (1) UM.
  ASSUNTO : ORIENTAÇÃO APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.506 DE 11.10.11
  TEXTO: ASSUNTO: ORIENTAÇÃO DESTA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA IN-
  FORMAÇÃO - SLTI, QUANTO A APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.506, DE 11 DE
  OUTUBRO DE 2011, E SEUS REFLEXOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE
  PREÇOS AOS CONTRATOS ORA VIGENTES E AOS FUTUROS EDITAIS DE LICITAÇÕES.

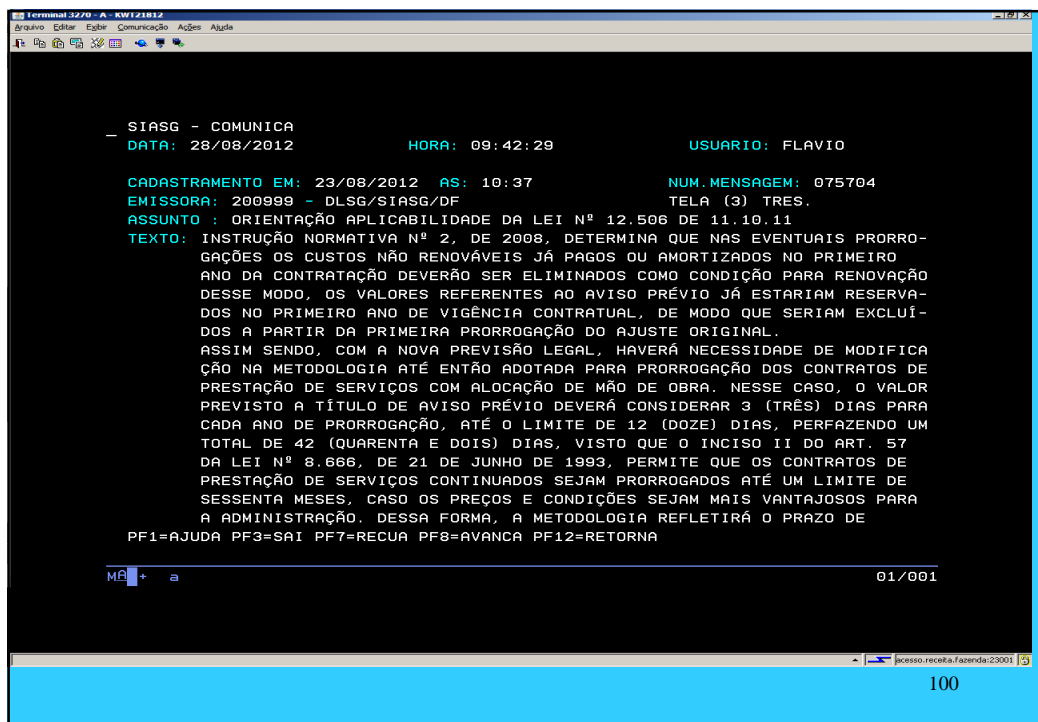
  COMUNICAMOS AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL,
  QUE APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011, QUE
  DISPÕE SOBRE O AVISO PRÉVIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, VERIFICOU-SE A
  NECESSIDADE DE SE CONSOLIDAR A INTERPRETAÇÃO A SER UTILIZADA NOS CON-
  TRATOS VIGENTES E AOS FUTUROS EDITAIS E LICITAÇÃO.
  INTERPRETANDO O PARÁGRAFO ÚNICO EM CONJUNTO COM O CAPUT DO ART.1º DA
  LEI Nº 12.506, DE 2011, DEPREENDE-SE QUE A RELAÇÃO EMPREGATÍCIA COM
  ATÉ 1 ANO DE SERVIÇO NA MESMA EMPRESA TERÁ, TÃO SOMENTE, 30 DIAS DE
  AVISO PRÉVIO. ASSIM, COMPLETANDO O PRIMEIRO ANO, É QUE PASSARÁ A CONTA
  GEM PROGRESSIVA DE 3 DIAS POR ANO DE SERVIÇO NA MESMA EMPRESA, ATÉ O
  MÁXIMO DE 60 DIAS, PERFAZENDO UM TOTAL DE 90 DIAS. ASSIM, VISUALIZA-SE
  PF1=AJUDA PF3=SAI PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

  MÃ a 01/001
```

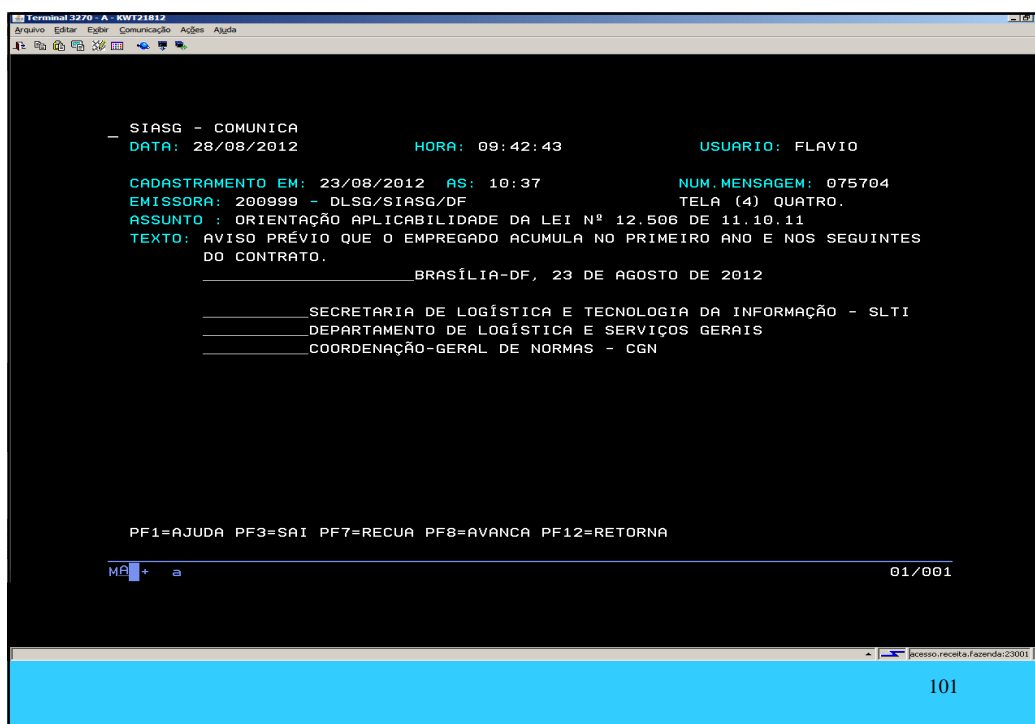
98



99



100



101

No mesmo sentido o Acórdão TCU nº 8.393/2013-1ª Câm: "1.7.6. O adicional de aviso prévio estabelecido pela Lei 12.506/2011 é despesa que só deve ser apropriada a partir do segundo ano do contrato, não devendo constar da planilha de composição de custos e formação de preços do edital, mas sim como previsão na minuta de contrato de que, se este for prorrogado após os primeiros 12 meses, o adicional será incluído quando da repactuação;" (**penso que na prorrogação**)

102

102

Assim, no 1º ano de vigência do contrato, o nº de dias de indenização seria obrigatoriamente 30.

**Fórmulas simplificada e completa (metodologia a ser utilizada):**

**APInd** = (Rem/12) x **(30/30=1)** x 5% de rotatividade – Fórmula mais simples para fins de entendimento [implica em **0,42%=(1/12)x5%x100]**

**APInd** = [Rem/12 + 13º/12 + Férias/12 + (1/3)xFérias/12] x **(30/30=1)** x 5% de rotatividade. **Fórmula completa**, inclui o FGTS sobre 13º, férias e 1/3 referente somente aos 30 dias. Na **1ª prorrogação** a análise vai depender das ocorrências no contrato e das definições adotadas. Importância da fiscalização.

103

103

**AVISO PRÉVIO INDENIZADO  
SOMENTE PARA LEITURA POSTERIOR  
ORIGEM DO PERCENTUAL UTILIZADO**

➤ O que utilizar, quando do preenchimento da planilha pela Administração? Sugere-se adotar **0,42%** (somente os 30 dias no primeiro período de vigência do contrato), que é o utilizado nos “Estudos do CNJ” e no Acórdão TCU nº 6.771/2009 – 1ª Câmara (5% são demitidos por ano com API). Também fica próximo do percentual de 0,46% do Acórdão TCU nº 1.904/2007-P que adota o Estudo do STF (considera 5,55% demitidos com API) e no Acórdão nº 522/2019-P (item 21). O acórdão TCU nº 645/2009-P adota 0,50%. A planilha não adota coluna de percentual para esse item de custo, assim, deve-se calcular em R\$.

104

104

**Módulo 3: Provisão para Rescisão –  
Remuneração de R\$ 2.000,00  
AVISO PRÉVIO INDENIZADO - PFG**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13\%/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	<b>9,95</b>
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	
C	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	
D	<b>Aviso Previo Trabalhado</b>	
E	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
F	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
<b>Total</b>		

**Cálculo:**  $\text{R\$ } 2.000,00/12 + \text{R\$ } 2.000,00/12/12 + \text{R\$ } 2.000,00/12/12 + \text{R\$ } 2.000,00/3/12/12 = \text{R\$ } 9,95$

105

105

**INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13\%/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	<b>9,95</b>
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	<b>0,80</b>
C	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	
D	<b>Aviso Previo Trabalhado</b>	
E	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
F	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
<b>Total</b>		

**Cálculo do valor:** **8%** x R\$ 9,95 = R\$ 0,80

106

106

### **MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO**

FUNDAMENTAÇÃO: LEI COMPLEMENTAR 110/01; LEIS NºS 8.036/90 E 9.491/97 E **CLT, ART. 477, § 6º**

**QUANDO É DEVIDA:** RESCISÃO S/ JUSTA CAUSA (40% de multa) do montante acumulado do FGTS do empregado, ou seja, de todos os itens de custo em que incidiu FGTS, como: **Remuneração, 13º, Férias e 1/3 de férias.**

107

107

### **MULTA SOBRE FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO**

#### **DADOS:**

- Considerar como provisão. Considerar 8% de FGTS
- Um % dos empregados pede demissão, são demitidos por justa causa, se aposentam ou falecem, portanto, sem direito à indenização. Alguns consideram 10%. Nós consideraremos zero para este curso.
- Um percentual é demitido com aviso prévio indenizado: 5%
- Outro percentual é demitido com aviso prévio trabalhado: 100%

108

108

➤ **Cálculo: 40% x 8% x custo de referência do APInd.**

➤ O que utilizar quando do preenchimento da planilha pela Administração? **Sugere-se adotar, no mínimo, 0,16%**, que é o utilizado no TCU nº 6.771/2009-1ª Câmara (5% são demitidos por ano com API). A planilha não adota coluna de percentual para esse item de custo, assim, deve-se calcular em R\$.

- **Em %** =  $40\% \times 8\% \times 5\% \times 100 = 0,16\%$
- **Em R\$** =  $40\% \times 8\% \times \text{Rem} \times 5\%$
- **Acrescentaremos à Rem mais o 13º, Férias e 1/3 de férias, eis que sofrem a incidência do FGTS.**

109

109

**MULTA DO FGTS E CS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO - PFG**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13^\circ/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	9,95
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	0,80
C	<b>Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13^\circ + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 5\%$ de rotatividade	3,82
D	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b>	
E	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
F	<b>Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	
Total		

OBS: O cálculo da Multa não pode estar atrelado ao APInd sob pena de, quando se excluir o APInd na prorrogação, excluir também a Multa que é custo renovável como veremos.

110

110

## AVISO PRÉVIO TRABALHADO

FUNDAMENTAÇÃO: CF/88, Art. 7º, XXI, E CLT, Arts. 477 e 487 a 491

**1. DIREITO:** NO MÍNIMO DE 30 DIAS DE ANTECEDÊNCIA

**2. RESCISÃO S/ JUSTA CAUSA**

**3. REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

- Opção do empregado: **7 dias corridos ou 2h a menos/dia nos últimos "até" 90 dias**, para proporcionar ao empregado um tempo **remunerado** suficiente para a busca de uma nova colocação no mercado de trabalho).

111

111

## AVISO PRÉVIO TRABALHADO

Metodologia que será utilizada no curso:

- O percentual de 1,94% (para 12 meses de contrato) **só no 1º ano** foi utilizado nos Acórdãos TCU nºs 1.094/2007-P, 645/2009-P; 2.129/2010-P, 3.006/2010-P; 2.214/2016-P (continuou no 1.586/2018-P, em Tomada de Contas Especial, **determinando o ressarcimento de R\$ 1.005.367,57**, pois calculou todas as incidências), 1.186/2017-P, 2.209/2018-P e Estudo do STF.
- $[(7/30) / 12] \times 100\%$  (dos empregados)  $\times 100$  (para dar em percentual) = **1,94% (famoso percentual). E que utilizaremos.**

112

112

## AVISO PRÉVIO TRABALHADO

O que utilizar quando do preenchimento da planilha pela Administração? Vamos adotar o famoso 1,94%, porém, pode-se utilizar 90%, 95% outro percentual:

### 1) Contrato de 12 meses:

➤ Cálculo do valor em R\$ =  $\{[(\text{Rem}/30) \times 7] / 12 \text{ meses do contrato}\} \times 100\% \text{ dos empregados}$  serão demitidos com APTrab ao final do contrato

➤ Cálculo em percentual =  $\{[(1/30) \times 7] / 12\} \times 100\% \text{ dos empregados} \times 100 = 1,94\%$  (utiliza-se também 90%)

➤ Se o prazo do contrato for diferente de 12 meses, então deve-se dividir por este prazo e não por 12. Exemplos: por 20 meses, por 36 meses.

113

113

## AVISO-PRÉVIO TRABALHADO

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = $\{\text{Rem}/12 + 13\%/12 = (\text{Rem}/12)/12 + \text{Férias}/12 = (\text{Rem}/12)/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12 = 1/3 \times [(\text{Rem}/12)/12]\} \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	9,95
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,80
	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13\% + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 5\%$ dos empregados	3,82
C	Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = $[(\text{Rem}/30) \times 7] / 12 \text{ meses do contrato} \times 100\% \text{ dos empregados}$ - ao final do contrato	38,89
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13\% + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 100\%$ dos empregados	
Total		

### CÁLCULO DO VALOR:

➤ APT =  $\{[(\text{Rem} \div 30) \times 7 \text{ dias}] \div 12 \text{ meses}\} \times 100\% = \text{R\$ } 38,89$

➤ Se forem 20 meses de contrato, dividir por 20 e não por 12

114

114

### INCIDÊNCIA DE GPS, FGTS e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

#### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $\{ \text{Rem}/12 + 13^{\circ}/12 = (\text{Rem}/12)/12 + \text{Férias}/12 = (\text{Rem}/12)/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12 = 1/3 \times [(\text{Rem}/12)/12] \times (30/30 = 1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	9,95
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	0,80
	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13^{\circ} + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 5\%$ dos empregados	3,82
C	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[(\text{Rem}/30) \times 7]/12$ meses do contrato <b>100%</b> dos empregados - ao final do contrato	38,89
D	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	13,92
E	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13^{\circ} + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 100\%$ dos empregados	
<b>Total</b>		

**Cálculo do valor: 35,8% x R\$ 38,89 = R\$ 13,92**

115

115

### MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

- É 40% x 8% x custo de referência do APT.
- O que utilizar quando do preenchimento da planilha pela Administração? **Sugere-se adotar**, para o caso de **sem conta vinculada**:

**Multa sobre o APTrab em R\$** =  $[40\% \times 8\% \times (\text{Rem} + 13^{\circ} + \text{Férias} + 1/3 \times \text{Férias})] \times 100\%$  dos empregados (muitos utilizam 90%)

**Multa sobre o APTrab em %** =  $[40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 \times 1/12)] \times 100\%$  dos empregados = **3,82%** (muitos utilizam 90%)

$$40\% \times 8\% \times (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 \times 1/12) =$$

$$3,2\% \times (43/36) = 3,2\% \times 1,19444 = 3,82\%$$

116

116

## PFG-MULTA DO FGTS E CS SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $\{Rem/12 + 13^{\circ}/12 = (Rem/12)/12 + Férias/12 = (Rem/12)/12 + (1/3 \times Férias)/12 = 1/3 \times [(Rem/12)/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13°, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	9,95
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	0,80
	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (Rem + 13^{\circ} + Férias + 1/3 \times Férias)] \times 5\%$ dos empregados	3,82
C	<b>Aviso Previo Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[(Rem/30) \times 7]/12$ meses do contrato $\times 100\%$ dos empregados - ao final do contrato	38,89
D	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	13,92
E	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[40\% \times 8\% \times (Rem + 13^{\circ} + Férias + 1/3 \times Férias)] \times 100\%$ dos empregados	76,44
<b>Total</b>		<b>143,82</b>

**Cálculo:**  $40\% \times 8\%$  (R\$ 2.000,00 + R\$ 2.000,00/12 + R\$ 2.000,00/12 + R\$ 2.000,00/3/12 = R\$ 76,44

117

117

## CONTA VINCULADA - MESMOS PERCENTUAIS DO ANEXO XII

### Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Aviso-prévio indenizado Cálculo do valor = $\{Rem/12 + 13^{\circ}/12 = (Rem/12)/12 + Férias/12 = (Rem/12)/12 + (1/3 \times Férias)/12 = 1/3 \times [(Rem/12)/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13°, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	9,97
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	0,80
C	<b>Aviso Previo Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[(Rem/30) \times 7]/12$ meses do contrato $\times 100\%$ dos empregados - ao final do contrato	38,89
D	<b>Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	13,92
E	<b>Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e sobre o Aviso Prévio Indenizado</b> Obrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017	4,00% 80,00
<b>Total</b>		<b>143,58</b>

**CÁLCULO DO VALOR: 4% x Rem = R\$ 80,00**

118

118

# FALAR SOBRE A LÓGICA DA UTILIZAÇÃO DOS MESMOS PERCENTUAIS DE APIND E APTRAB NAS RESPECTIVAS MULTAS Desenvolvendo o raciocínio

119

119

## NEGOCIAÇÃO NA PRORROGAÇÃO ITENS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

A SEGES/MPDG editou a **Nota Técnica nº 652/2017-MP**, de fevereiro de 2017, que trata do assunto em questão:

- 1) É na prorrogação e não na repactuação (itens 14, 16, 31 e 33.1)
- 2) Se encerrar o contrato e a mesma empresa ganhar, deve-se repor os custos não renováveis (item 18) **?????? Problemas**
- 3) A exclusão envolve tanto o APInd como a APTrab (itens 17, 21 e 23)

120

120

- 4) Tem que verificar as ocorrências (itens 17, 23, 27, 28 e 33.2)
- 5) Os 3 dias tem que ser contabilizados no APInd e APTrab (itens 27 e 28)
- 6) A multa sobre o FGTS é um custo renovável (itens 30, 31 e 33.3)
- 7) São custos não renováveis: maternidade, paternidade, ausências legais, APInd, APTrab, dentre outros (item 17)

121

121

**APInd - 1ª hipótese:** se os 5% ou mais de empregados foram demitidos no período com APInd, **o que fazer para a prorrogação?**

Resposta: Renova-se a provisão com a **mesma** fórmula inicial e mesmo valor.

122

122

**2ª hipótese:** ninguém foi demitido no período com APInd, **o que fazer para a prorrogação?**

**Resposta:** Então a provisão para os 30 dias de APInd já foi feita para os 5%, assim, não deve ser renovada, porém, deve-se contabilizar **somente** mais 3 dias, para 5%, dos empregados.

**Fórmula:** **APInd** =  $(\text{Rem}/12) \times (3/30) \times 5\%$  de rotatividade, e **sempre só 3/30** a cada prorrogação. **Qual a repercussão de se colocar na segunda prorrogação 6/30? e 9/30 na terceira?**

123

123

**3ª hipótese:** intermediária - Um percentual de empregados foi demitido com APInd, porém com % menor do que os 5%, **o que fazer para a prorrogação?**

**Resposta:** Renovar a provisão para o quantitativo demitido com a **mesma** fórmula inicial. Por exemplo, **3%** foram demitidos:

**Fórmula:** **APInd** =  $\{(\text{Rem}/12) \times (30/30=1) \times 3\%$  de rotatividade **+**  $\{(\text{Rem}/12) \times (3/30) \times 2\%$  de rotatividade (Delírio???). Foram feitos com a fórmula simplificada para facilitar o entendimento.

124

124

**PERCENTUAL DE APTrab X DE APInd** – Muitas empresas tem suas próprias estatísticas de % de demissões sem justa causa (A soma dos percentuais de APInd + APTrab geralmente é de aproximadamente 95% a 105%).

Existem inúmeros percentuais que são apresentados em cursos: 70% APInd e 30% APTrab ou 50% APInd e 50% APTrab ou 5% APInd e 100% APTrab (este ao final do contrato) ou 5% APInd e 90% APTrab (10% pedem demissão, são realocados, etc.). Existem empresas que só demitem com APInd. Assim, deve-se escolher uma metodologia e permitir que a empresa registre em sua planilha a que melhor lhe aprouver, dentro de dados consistentes. Porém, há que se analisar os dois itens por ocasião da prorrogação.

125

125

**PERGUNTA:** Se não houve demissões, e na prorrogação for negociada a exclusão da provisão do **APInd**, isso acarretará também a exclusão automática dos seguintes itens de custo (**sem considerar os 3 dias, por enquanto, para fins de entendimento**)?

1) Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado?

**Resposta:** Sim, pois é uma incidência direta, ou seja, 8% de zero é zero.

2) Multa do FGTS de 40% sobre o aviso-prévio indenizado?

**Resposta:** Não, porque é custo renovável. E não é incidência direta.

126

126

**PERGUNTA:** Se não houve demissões, e na prorrogação for negociada a exclusão da provisão do **APTrab**, isso acarretará também a exclusão automática dos seguintes itens de custo, **(sem considerar os 3 dias, por enquanto, para fins de entendimento)**?

3) Incidência do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado?

**Resposta:** Sim, pois é uma incidência direta, ou seja, um % de zero é zero.

4) Multa do FGTS (total de 40%) sobre o aviso prévio trabalhado?

**Resposta:** Não, porque é custo renovável. E não é incidência direta.

127

127

#### **Das Atividades de Gestão e Fiscalização da Execução dos Contratos**

**Art. 39 da IN SEGES nº 5/2017.** As atividades de **gestão e fiscalização** da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, **bem como prestar apoio à instrução processual** e o encaminhamento da documentação pertinente **ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.**

128

128

Muitos órgãos não estão estruturados no setor de fiscalização para acompanhar todas as ocorrências durante a execução do contrato. Assim, estão “invertendo o ônus da prova” no sentido de que as contratadas é que devem apresentar e documentar as ocorrências dos custos não renováveis, sob pena de exclusão dessas rubricas na planilha.

Uma redação que está sendo construída e que poderia constar nas minutas de contratos de **CV**, para análise da procuradoria, está sugerida em **slides** mais adiante.

129

129

### Provisão para Rescisão

Planilha original válida somente durante o **primeiro período de vigência** do contrato. **Conta Vinculada (Sem as Férias no 2.1.B)**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13^{\circ}/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APLnd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período		9,97
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>		0,80
C	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[(\text{Rem}/30) \times 7]/12$ meses do contrato <b>100%</b> dos empregados - ao final do contrato		38,89
D	<b>Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>		13,92
E	<b>Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado</b> Obrigatória a cotação de 5% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017	4,00%	80,00
<b>Total</b>			<b>143,58</b>

**Como deve ficar na primeira prorrogação? Ver slides seguintes**

130

130

**Hipótese:** Supondo que nenhum empregado foi demitido sem justa causa no primeiro período de vigência do contrato, sendo que foi negociada a exclusão do APInd e APTrab, como deveria ficar a planilha de custos para a prorrogação? **Considere, por enquanto, somente para fins de entendimento, que não existem os 3 dias a cada ano da Lei nº 12.506/2011. Somente para entender o que é custo renovável ou não renovável.**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13\%/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período	<b>0,00</b>
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	<b>0,00</b>
C	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $[(\text{Rem}/30) \times 7]/12$ meses do contrato <b>100%</b> dos empregados - ao final do contrato	<b>0,00</b>
D	<b>Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	<b>0,00</b>
E	<b>Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado</b> Obrigatória a cotação de 5% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017	<b>4,00%</b> <b>80,00</b>
<b>Total</b>		<b>80,00</b>

Remuneração igual a **R\$ 2.000,00**

131

131

## Acórdão TCU nº 1.186/2017 do Plenário

9.1.1. exclua a parcela referente ao **aviso prévio trabalhado**, após o **primeiro ano** de vigência contratual, da planilha de custos e formação de preços de todos os contratos de terceirização de mão de obra, conforme o previsto na jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, item 9.2.2) , **admitindo-se, a cada ano adicional de execução desses contratos, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado**, nos termos da Lei 12.506/2011;

Se for diferente do que 12 meses, deve-se dividir pelo número de meses e não por 12 meses.

132

132

**Considerando os 3 dias da Lei nº 12.506/2011, NT 652/2017 e o Acórdão TCU nº 1.186/2017-P (na prorrogação o APT é 0,194% para quem cotou 1,94%).**

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	<b>Aviso Prévio Indenizado</b> Cálculo do valor = $[\text{Rem}/12 + 13^{\circ}/12 + \text{Férias}/12 + (1/3 \times \text{Férias})/12] \times 5\% \times (3/30)$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Foram considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, em razão de não ter tido ocorrências deste evento no período	<b>1,00</b>
B	<b>Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado</b>	<b>0,08</b>
C	<b>Aviso Prévio Trabalhado</b> Cálculo do valor = $0,194\% \times \text{Rem}$ conforme Acórdãos TCU nº 1.186/2017-P e 522/2019-P	<b>3,88</b>
D	<b>Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>	<b>1,39</b>
E	<b>Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado</b> Obrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017	<b>4,00%</b> <b>80,00</b>
<b>Total</b>		<b>86,35</b>

133

133

No **Ac TCU nº 522/2019-P**, houve o entendimento de que não se deve **excluir totalmente** o APInd e o APTrab na prorrogação (não se deve zerar). É obrigado a considerar os 3 dias da Lei nº 12.506/2011. E no APTrab deve-se utilizar até o percentual máximo de 0,194% na prorrogação, se não houve ocorrências no período.

Já soubemos de contratados alegando esse Acórdão para que não fosse zerado o API e o APT.

134

134

# PAUSA PARA REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

135

135

## **Exercício nº 2 – Provisão para Rescisão:**

Supondo que durante o primeiro ano de execução contratual não ocorreu **nenhuma demissão sem justa causa**, calcule o valor total do posto para fins de prorrogação, **realizando as devidas adequações exclusivamente no Módulo 3.**

Desconsidere a Multa de 40% sobre o FGTS sobre os 3 dias de prorrogação.

Desconsidere eventuais necessidades de exclusões/reduções em outros Módulos/Submódulos.

136

136

### **Exercício nº 3 – Provisão para Rescisão**

Supondo que durante o primeiro ano de execução contratual foi constatada somente a ocorrência de **3%** de demissão sem justa causa com **Aviso Prévio Indenizado**, e nenhuma demissão sem justa causa por **Aviso Prévio Trabalhado**, calcule o valor total do posto para fins de prorrogação, **realizando as devidas adequações exclusivamente no Módulo 3.**

Desconsidere a Multa de 40% sobre o FGTS sobre os 3 dias de prorrogação.

Desconsidere eventuais necessidades de exclusões/reduções em outros itens de custo do Módulo 3 e em outros Módulos/Submódulos.

137

137

### **Exercício nº 4 - Provisão para Rescisão**

Supondo que durante o primeiro ano de execução contratual foi constatada somente a ocorrência de **10%** de demissão sem justa causa com **Aviso Prévio Trabalhado**, e nenhuma demissão sem justa causa por **Aviso Prévio Indenizado**, calcule o valor total do posto para fins de prorrogação, **realizando as devidas adequações exclusivamente no Módulo 3.**

Desconsidere a Multa de 40% sobre o FGTS sobre os 3 dias de prorrogação.

Desconsidere eventuais necessidades de exclusões/reduções em outros itens de custo do Módulo 3 e em outros Módulos/Submódulos.

138

138

## MÓDULO 4

### CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

139

139

#### Custos não renováveis: dos itens B ao F

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.		
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença	
Total		

140

140

## PFG – Só para ver como fica a planilha no 4.1 – Comentar o Custo Diário do Substituto

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente							
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.							
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 - exceto o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>							
MÓD 1 =		MÓD 2 =		MÓD 3 =		BCCPA =	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais					Custo diário BRUTO do substituto = BCCPA/30=		
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais							
4.1	Substituto nas Ausências Legais					Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias <small>Cálculo do Valor = BCCPA / 12</small>						
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais <small>Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12</small>						
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade <small>Cálculo do valor = (BCCPA/30)x5dias/12)x1,5%</small>						
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho <small>Cálculo do valor = (((BCCPA/30)x15dias)/12)x0,78%</small>						
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade <small>Cálculo do valor = (((MÓD1 + MÓD1 / 3) + (SUB2.2 + SUB2.3 + MÓD3)) x (4/12)) / 12) x 2%</small>						
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença <small>Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12</small>						
						Total	

141

141

## Conta Vinculada – 1 Férias no 4.1.A e com 12,10% no somatório do 2.1.B e do 4.1.A – Ver a BBCP

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente								
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.								
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 (menos VA e VT) + MÓDULO 3 - exceto o Substituto da cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, pois que neste último a Rem e o 13º são compensados pelo INSS</b>								
MÓD 1 =	2.000,00	MÓD 2 (-VA e -VT) =	1.044,40	MÓD 3 =	143,58		BCCPA =	3.187,98
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais								
4.1	Substituto nas Ausências Legais						Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do (Módulo 1 - Composição da Remuneração mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o cálculo anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%))			9,075%	35,80%	246,48		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais <b>Cálculo do valor</b> = $[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}] / 12$						8,86	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade <b>Cálculo do valor</b> = $(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / 12 \times 1,5\%$						0,66	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho <b>Cálculo do valor</b> = $\{[(BCCPA/30) \times 15 \text{ dias}] / 12\} \times 0,78\%$						1,04	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade <b>Cálculo do valor</b> = $\{[(MÓD1 + MÓD1 / 3) + (SUB2.2 + (SUB2.3 - VA - VT) + MÓD3)) \times (4/12)] / 12\} \times 2\%$						2,02	
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença <b>Cálculo do valor</b> = $[(BCCPA/30) \times 3 \text{ dias}] / 12$						26,57	
Total							285,63	

142

142

**CV - 1 Férias no 4.1.A e com 12,10% no somatório do 2.1.B e do 4.1.A - Ver a BCCPA e a linha do INSS +FGTS**

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.						
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): <b>BCCPA = Remuneração + 13º + Férias + 1/3Férias</b> (exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, pois que neste último a Rem e o 13º são compensados pelo INSS) – Conforme Item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário.						
Rem =	2.000,00		13º =	166,60	Férias + 1/3Férias =	227,10
						2.393,70
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais						
4.1	Substituto nas Ausências Legais					Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)					9,075%
						181,50
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = $((BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}) / 12$					6,65
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = $(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias} / 12 \times 1,5\%$					0,50
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = $((BCCPA/30) \times 15 \text{ dias} / 12) \times 0,78\%$					0,78
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = $((Rem + 1/3 Rem) \times (4/12)) / 12 \times 2\%$					1,48
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = $(BCCPA/30) \times 3 \text{ dias} / 12$					19,95
	Total					210,86
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1					75,49
	Total					286,35

Modelagem da antiga IN 2/2008

143

143

Como **racional geral, teoricamente**, para fins de entendimento, qualquer provisão estatística poderia, **em tese**, ser alvo de negociação na prorrogação para exclusão/redução, com as **devidas cautelas**.

Porém, alerta-se que não é razoável se perder um contrato por um item de valor de R\$ 1,00, R\$ 2,00, etc. se os preços contratados estiverem adequados aos de mercado. Não é só isso que interessa em uma prorrogação.

144

144

Por exemplo, se a empresa cotou 4 VTs por empregado na planilha e está utilizando somente 2, há espaço para negociação.

Por exemplo, se somente trabalham mulheres no contrato, poderia ser negociada a exclusão da licença paternidade da planilha, se constar.

145

145

Percentuais estatísticos que não se confirmaram no decorrer do contrato.

Teriam de ser acompanhadas as efetivas ocorrências no primeiro período de vigência do contrato, como: 1) auxílio-doença; 2) licença-paternidade; 3) auxílio-maternidade; 4) faltas legais; 5) acidente de trabalho, etc. O custo do acompanhamento compensa? Os equipamentos, APInd e APTrab já foram tratados apartadamente.

**Conforme o caso: PFG ou CV.**

**Racional geral:** o edital e/ou contrato devem disciplinar o que é o que não é renovável. **O contratado não pode ser surpreendido.**

146

146

## REDAÇÃO SUGERIDA PARA INCLUIR NO TERMO DE REFERÊNCIA/CONTRATO SOBRE CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

147

147

### MINUTA DO CONTRATO – **Conta Vinculada** **XX – CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS**

**XX.1** – Em cumprimento ao disposto no item 1.2 do Anexo VII-F e no item 9 do Anexo IX, ambos da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, fica definido que será utilizada a **Nota Técnica nº 652/2017 - MP (cópia em anexo ao edital)** para análise dos custos renováveis e não renováveis por ocasião da eventual prorrogação do prazo de vigência do contrato.

**XX.2** – São exemplos de custos não renováveis: Equipamentos Depreciados e não Renováveis; Ausências Legais; Licença Paternidade; Ausências por Acidente de Trabalho; Afastamento Maternidade; Ausência por Doença; Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado.

148

148

**XX.3** – O fiscal do contrato poderá solicitar que a contratada relacione e comprove as ocorrências havidas no decorrer do contrato de demissões sem justa causa dos itens componentes do Módulo 3 da planilha de custos (aviso prévios indenizado e trabalhado), bem como as ocorrências de ausências legais dos itens componentes do Submódulo 4.1 da planilha de custos (exceto Substituto na cobertura de Férias), sob pena de exclusão dos mesmos.

**XX.4** – Na hipótese de redução e/ou eliminação de custo não renovável, o mesmo poderá ser aumentado e/ou reposto na eventual prorrogação seguinte, conforme análise das ocorrências do período, até o limite máximo do percentual estatístico constante na proposta inicial.

149

149

**XX.5** – Para o aviso prévio indenizado, na hipótese de não ter havido ocorrências no período analisado, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, para aportar os 3 dias previstos na Lei nº 12.506, de 2011.

**XX.6** – Para o aviso prévio trabalhado, na hipótese de não ter havido ocorrências, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, até o limite máximo de 0,194%, quando o percentual cotado na licitação for de 1,94% (para 100% dos empregados), em conformidade com os Acórdãos TCU nºs 1.186/2017 e 522/2019, ambos do Plenário, para aportar os 3 dias previstos na Lei nº 12.506, de 2011.

150

150

**XX.7** – Devido ao fato de o prazo de vigência do contrato ser superior a 12 meses, será adotado o seguinte procedimento nas fórmulas dos itens de custos não renováveis, em face de as estatísticas serem anuais:

a) No aviso prévio trabalhado dividir a fórmula pelo número de meses de vigência do futuro contrato e não por 12 meses.

b) No aviso prévio indenizado e para todos os itens de custo do Submódulo 4.1, a partir da letra B:

Calcular a probabilidade para o número de meses de vigência do futuro contrato e não por 12 meses e dividir a fórmula pelo número de meses de vigência do futuro contrato e não por 12 meses, conforme exemplo a seguir para 20 meses:

151

151

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Ausências Legais" para contratos de **20 meses** =  
 **$[(BCCPA/30) \times 1,67 \text{ dias para 20 meses}] / 20 \text{ meses}$**  (sendo 1,67 dias/20 meses = era 1 dia/12 meses x 20 meses /12 meses)

Cálculo do valor do "Substituto na cobertura de Licença-Paternidade" para 20 meses =  
 **$\{[(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias}] / 20 \text{ meses}\} \times 2,5\%$**   
(sendo 2,50%/20 meses = era 1,5% /12 meses x 20 meses /12 meses)

**XX.8** – Na hipótese de o licitante não proceder da forma acima determinada, será intimado pelo pregoeiro para sanear sua planilha de custos.

152

152

# PAUSA PARA REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO

153

153

## **Exercício nº 5 – Custo de reposição do profissional ausente**

Supondo que próximo ao final do primeiro ano de execução contratual a fiscalização administrativa enviou para o gestor do contrato as seguintes ocorrências para serem consideradas na análise da prorrogação:

- Média anual de 2 dias por empregado por Substituto na cobertura de Ausência por Doença.
- Média anual de 0,3 dias por empregado por Substituto na cobertura de Ausências Legais.
- Média anual de 5% por Substituto na cobertura de Licença Paternidade.
- Não foram constatados afastamentos por maternidade.
- Não foram constatados acidentes de trabalho.

Calcule o valor total do posto para fins de prorrogação, para fins de negociação com a contratada, realizando as devidas adequações **exclusivamente no Submódulo 4.1:**

Desconsidere eventuais necessidades de exclusões/reduções outros Módulos/Submódulos.

154

154

## EQUIPAMENTOS

IN SEGES/MPDG nº 5/2017

### ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico: ...

2.9. Estimativa de preços e preços referenciais: ...

**b.3. previsão de regras claras** quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a **regras de depreciação de equipamentos** a serem utilizados no serviço.

A regra diz "o que fazer". Estamos desenvolvendo uma redação para inserir no Termo de Referência, juntamente com o prof. Reinaldo Luiz Lunelli, da Zênite, de "como fazer". Sugestão não definitiva nos próximos slides.

155

155

### Módulo 5: Insumos Diversos - EQUIPAMENTOS

Módulo 5 – Insumos Diversos		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		
Nota: Valores mensais por empregado.		

A Administração, na fase interna, tem que levantar os quantitativos e custos unitários, bem como documentar a metodologia utilizada.

156

156

## IN SEGES/MPDG Nº 5/2017

### ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES 3. - São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

#### 3.4. Estimativas das quantidades:

- a) Definir e **documentar o método** para a estimativa das **quantidades** a serem contratadas; (1 vig/recep. por portaria?)
- b) Utilizar informações das **contratações anteriores**, se for o caso; (importância da fiscalização para isso)
- c) Incluir nos autos as **memórias de cálculo e os documentos** que lhe dão suporte.

**Art. 47, § 1º** - Deve ser estabelecido, desde o início da prestação dos serviços, **mecanismo de controle** da utilização dos **materiais** empregados nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações. **Sugestão no próximo slide de "como fazer"**

157

157

### **Sugestão de como construir o histórico de consumo de materiais e equipamentos de um contrato específico**

O fiscal técnico deve exigir documento do contratado com a relação e quantitativo de materiais e equipamentos, com marca, modelo, quantidade de metros (papel higiênico), volume em litros (sabonete líquido), etc. a cada entrada no prédio, relacionados à prestação dos serviços.

Em 1 ou 2 anos será possível construir um histórico confiável para instruir a próxima contratação, bem como comparar com o previsto na licitação. **Há órgãos que até negociam na prorrogação redução dos custos com materiais.**

158

158

## EQUIPAMENTOS

**A depreciação** é conceituada como a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal (vide Decreto nº 9.580, de 22/11/2018 – Regulamento do Imposto de Renda).

**Diferentemente dos materiais**, os equipamentos não são cotados na planilha pelo valor de aquisição integral, mas apenas pelo valor equivalente à taxa de depreciação anual, exceto para aqueles cujo prazo de vida útil não seja superior a 1 (um) ano ou cujo custo unitário não seja superior a R\$ 1.200,00, conforme art. 313 do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

**Se essa metodologia não for utilizada**, a Administração pode cometer o erro de remunerar o contratado, ao fim de um ano, pelo custo de aquisição integral do equipamento, o que seria danoso para o erário, conforme entendimento do TCU nos slides posteriores.

159

159

### **Acórdão TCU nº 966/2010 – Plenário – “Equipamento + Depreciação na Planilha???? Não pode.”**

2.21. A justificativa de que os itens **‘equipamentos’ e ‘depreciação de equipamentos’** devem estar separados, não traz esclarecimento quanto ao fato da empresa prestadora de serviços estar cobrando da administração pública valores indevidos, afinal, se o órgão contratante está, por exemplo, pagando à empresa, durante o contrato, o valor relativo ao equipamento utilizado no serviço e, ainda, os custos referentes à depreciação da equipagem, ocorrerá que a empresa, ao final do contrato, terá um equipamento novo comprado com dinheiro advindo do ajuste e cujos custos de depreciação lhe foram pagos, ou seja, o equivalente a um armamento novo. Dessa forma, a empresa terá auferido um equipamento da administração pública de modo inidôneo. Essa análise também é válida para a utilização concomitante do item ‘armas e munições’ e da rubrica ‘depreciação de armas’ na planilha de formação de custos e preços de serviços de vigilância.

160

160

**Acórdão TCU nº 2.373/2016 do Plenário – Relator – “Não pode renovar equipamento se já foi integralmente depreciado no 1º ano do contrato.”**

39. As proposições constantes desses itens se referem à adoção de medidas com vistas à (i) exclusão da parcela de despesas com treinamento, capacitação e reciclagem como item de insumo na planilha de formação de preços do Contrato 24/2012, visto que tal parcela já é coberta pela rubrica despesas administrativas, conforme o Acórdão 825/2010 – Plenário, (ii) ..., (iii) **à exclusão das parcelas referentes à instalação ou depreciação de bens permanentes e aviso prévio** dos Contratos 24/2012 e 3/2013, **tendo em vista que já transcorreu o primeiro ano da execução contratual, onde tal aprovisionamento foi previsto**, e (iv) ..... (v) **adoção das medidas necessárias à recuperação dos valores pagos indevidamente.**

161

161

### **EQUIPAMENTOS**

Custos fixos de máquinas e equipamentos (vida útil até 12 meses)  
+ depreciação de máq e equip (vida útil maior que 12 meses)

#### **Metodologias mais usuais:**

**1) Sem valor residual** - (Valor do equipamento x taxa anual de depreciação) / 12 meses

Ex:  $(R\$ 12.000,00 \times 10\%) / 12 = R\$ 100,00$  por mês, **ou**  
(Valor do equipamento / prazo de vida útil em anos) / 12 meses = igual a (Valor equipamento / prazo de vida útil em meses)

Ex:  $(R\$ 12.000 / 10) / 12 = R\$ 100,00$  por mês

**2) Com valor residual:** [(Valor do equipamento – valor residual) x taxa anual de depreciação] / 12 meses

**Onde encontrar o prazo de vida útil (em anos) e a taxa anual de depreciação?** IN RFB nº 1.700/2017, Anexo III (ver também arts. 121 a 124).

162

162

E se o equipamento/material tiver um valor elevado e certamente um valor residual apreciável, como um **veículo** (em contratos de vigilância, manutenção predial, locação de veículo, etc)?

Nestes casos entende-se, como regra, a utilização do critério de depreciação que contenha o valor residual.

**IN RFB Nº 1700/2017:**

REFERÊNCIA NCM 8703 - **AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS** E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PRINCIPALMENTE CONCEBIDOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS (EXCETO OS DA POSIÇÃO 8702), INCLUÍDOS OS VEÍCULOS DE USO MISTO ("STATION WAGONS") E OS AUTOMÓVEIS DE CORRIDA – 5 ANOS – 20%

Prazo de vida útil (anos): 5 anos

Taxa anual de depreciação: 20%

163

163

**SIAFI** – MACROFUNÇÃO 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

CONTA 12311.05.01-**VEICULOS** EM GERAL EM GERAL

Vida Útil (anos): 15 ANOS - Valor Residual: 10%

CONTA 12311.09.00 - **ARMAMENTOS**

Vida Útil (anos): 20 ANOS - Valor Residual: 15%

164

164

Enviado por uma empresa de **vigilância** em janeiro 2020 –  
Faltou o valor unitário

Descrição dos Equipamentos e EPI's	Quant	Valor Total	Número de Meses para Depreciação	Total Mensal a ser Depreciado
Armamento	1	R\$ 2.200,00	<b>120</b>	R\$ 18,33
Munição (blister c/ 10 cartuchos)	10	R\$ 60,00	<b>12</b>	R\$ 5,00
Placa Balística	1	R\$ 420,00	<b>60</b>	R\$ 7,00
Capas para Placa Balística	4	R\$ 240,00	<b>12</b>	R\$ 20,00
Bastão PR 24	1	R\$ 75,00	<b>60</b>	R\$ 1,25
Rádio HT	1	R\$ 900,00	<b>24</b>	R\$ 37,50
Baterias (02)	2	R\$ 300,00	<b>12</b>	R\$ 25,00
Renovação do Registro de Armas	1	R\$ 75,67	<b>120</b>	R\$ 0,63
Lanterna com 3 Pilhas	1	R\$ 56,00	<b>12</b>	R\$ 4,67
Pilhas p/ Lanterna	3	R\$ 30,00	<b>3</b>	R\$ 10,00
Guia Tráfego Armas (implantação sv)	1	R\$ 269,46	<b>12</b>	R\$ 22,46
<b>Total por Posto</b>				<b>R\$ 151,84</b>

Veja que se o contrato for prorrogado, um item a ser excluído na segunda prorrogação é o Guia de Tráfego de Armas, eis já que terá sido pago o transporte ao local dos serviços e retirada.

165

165

#### **Módulo 5: Insumos Diversos - EQUIPAMENTOS – Por Posto**

Módulo 5 – Insumos Diversos		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
<b>C</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>151,84</b>
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		
Nota: Valores mensais por empregado.		

A Administração, na fase interna, tem que levantar os quantitativos e custos unitários.

166

166

**Redação desenvolvida juntamente com o prof. Reinaldo Luiz Lunelli**

**XX – REGRAS DE DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

**XX.1** – Em conformidade com o disposto no **Anexo V, item 2.9, alínea b.3, da IN SEGES/MP nº 5/2017, a proposta da licitante** deverá cumprir as seguintes regras quanto à depreciação de equipamentos: **(NOTA: nossa planilha também)**

**XX.1.1** – Apresentar tabela contendo as seguintes colunas: a) Descrição Detalhada do Equipamento; b) Quantitativo; c) Valor Unitário; d) Valor Total; e) Número de Meses para Depreciação; e f) Valor Mensal a ser Depreciado.

**XX.1.1.1** - Na hipótese de a licitante não dispor dos dados completos da coluna "Descrição Detalhada do Equipamento" quando da formulação de sua proposta,  
.....

167

167

..... deverá, por ocasião do início da prestação dos serviços, apresentar novamente a tabela contendo marca, modelo, forma de uso (quando for o caso), além de outros dados solicitados pela fiscalização do contrato, sendo vedado aumentar os valores. **(Nota: tenho dúvidas se é conveniente colocar este item)**

**XX.1.1.2** - Para o dado da coluna "Número de Meses para Depreciação", poderá ser utilizado, preferencialmente, o critério para fins fiscais contido na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.700, de 2017.

**XX.1.2** – Os equipamentos não poderão ser cotados pelo valor de aquisição integral, mas apenas pelo valor equivalente à taxa de depreciação anual (ou número de meses superior a R\$ 1.200,00, conforme art. 313 do Dpara depreciação), exceto para aqueles cujo prazo de vida útil não seja superior a 1 (um) ano ou cujo custo unitário não seja ecreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda).

168

168

**XX.1.2.1** – Na hipótese excepcional de a licitante cotar o valor de aquisição integral para determinado equipamento, deverá justificar tal fato. **(Nota: tenho dúvidas se é conveniente colocar este item)**

**XX.1.3** – Não poderão ser apresentadas na tabela (e na planilha de custos) duas linhas em separado, uma contendo o valor relativo ao equipamento e outra contendo os custos referentes à depreciação, por se caracterizar **bis in idem**.

**XX.1.4** – Por ocasião de eventual prorrogação do prazo de vigência do contrato, será verificada ocorrência de depreciação integral de equipamento(s), quando então seu valor será excluído, exceto na hipótese de necessidade de sua renovação em face do prazo de vida útil.

169

169

XX.2 – Os equipamentos não sofrerão reajuste no decorrer da execução contratual em razão de que já foram adquiridos no início do contrato e sofrem depreciação por legislação contábil específica, sendo que a variação no preço de mercado do equipamento não traz reflexos diretos ao bem já adquirido e a depreciação é apenas um critério utilizado para se realizar a remuneração do bem que será colocado em uso.  
**(OBS a ser excluída: há entendimento no sentido de que pode reajustar)**

170

170

## PAUSA PARA REALIZAÇÃO DE UM EXERCÍCIO SOBRE DEPRECIAÇÃO

171

171

### **Exercício nº 6 – Sobre Depreciação**

- Considere que você é o gestor do contrato;
- Considere que estamos **na fase de análise da primeira prorrogação de um contrato de prazo inicial de 12 meses; e**
- Considere que a planilha de Equipamentos e EPIs que consta em aba separada da planilha principal é a que foi aceita pelo pregoeiro por ocasião da licitação.
- Verifique se há adequações/negociações/exclusões/reduções de valores a serem feitos, sabendo-se que o número de meses para depreciação do "Armamento" é de 120 meses, o de "Placa Balística" de 60 meses e o de "Bastão PR 24" de 60 meses.

172

172

**Calcule:**

- 1) O novo "Valor Total Mensal a ser Depreciado" na prorrogação da planilha de equipamentos após as correções/negociações e que deverá ser inserido na planilha principal, **considerando que não haverá exigência de ressarcimento.**
- 2) O "Valor Total Mensal a ser Depreciado" da planilha de equipamentos que deveria ter sido apresentada pela licitante na sessão da licitação, se tivessem sido observados na sessão do pregão os números de meses corretos para depreciação.
- 3) O valor total a ser ressarcido pela contratada no caso de a opção ser pela utilização correta da tabela de depreciação desde a data de início do contrato.
- 4) Analise e veja se na segunda prorrogação existe algum item que deverá ser excluído, na hipótese de ter havido ressarcimento na primeira prorrogação.<sup>173</sup>

173

PRÓXIMOS SLIDES TRATARÃO  
DE EXCLUSÃO DE ALGUNS  
ITENS DE CUSTO DURANTE A  
EXECUÇÃO CONTRATUAL

174

174

Quando o  
dimensionamento dos  
quantitativos se revele  
superior às necessidades  
da contratante, durante a  
execução contratual

**Art. 63 da IN  
SEGES/MP nº 5/2017**

175

175

**Art. 63 da IN SEGES/MP nº 5/2017.** A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O disposto no caput deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte.

**§ 2º Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.**

176

176

Cabe revisão/repactuação do FAP  
(ou do RAT ajustado)?

E se o FAP reduzir, o que se deve  
fazer?

177

177

**Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**  
**Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de**  
**Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições							
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS						
B	Salário Educação						
C	RAT x FAP Cálculo do valor: % do SAT x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada	RAT =		FAP = CRIADO			
D	SESC ou SESI						
E	SENAC ou SENAI						
F	SEBRAE						
G	INCRA						
H	FGTS						
Total							

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

178

178

### **RAT - Riscos Ambientais do Trabalho**

Instituído pela Lei nº 8.212/91, art. 22, inc. II – Representa a contribuição da empresa, consistindo em um percentual que mede o risco da atividade econômica, com base no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrente do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa (GIIL-RAT).

A alíquota será de 1% se a atividade é de risco mínimo, 2% se de risco médio e de 3% se de risco grave, incidentes sobre o total da remuneração paga.

Havendo exposição do trabalhador a agentes nocivos que permitam a concessão de aposentadoria especial, há acréscimo das alíquotas na forma da legislação em vigor.

O RAT é regulamentado pelo Decreto nº 3.048/99 (RGPS) – A partir de 2010 vigora novo Anexo V (RAT em função do CNAE).

179

179

### **FAP - Fator Acidentário de Prevenção**

Afere o desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade econômica, relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos num determinado período.

Leva em consideração a frequência, gravidade, custo e demais elementos dos acidentes que possibilitem a verificação, por parte da empresa, do seu desempenho dentro da sua subclasse da CNAE.

O FAP consiste num **multiplicador** variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000) aplicado com quatro casas decimais sobre a alíquota do RAT, ou seja, pode haver redução de até 50% ou acréscimo de até 100% da alíquota do RAT. (**Nota: RAT ajustado**)

180

180

O FAP deve ser divulgado no mês de setembro com validade para o exercício seguinte. O FAP anual reflete a acidentalidade nas empresas relativa aos dois anos anteriores.

Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, o FAP, por definição, é igual a 1,0000 (Resolução MPS/CNPS nº 1.316, de 31/5/2010, DOU de 14/06/2010), **exceto** às do Anexo IV, que tem INSS de 20%, RAT e FAP individualizado (Art. 13, VI da LC nº 123/2006). O FAP está regulamentado pelo Decreto nº 3.048/1999.

Vigora a partir de janeiro de 2010 - Como calcular: Ver Ato Declaratório Executivo Codac da RFB nº 3/2010 – DOU de 19/01/2010 – Na GFIP/SEFIP, até atualizar o sistema, com duas casas e na GPS para pagar fazer manualmente com 4 casas depois da vírgula.

181

181

**Cabe revisão/repactuação do RAT ajustado todo mês de janeiro em face do aumento ou redução do FAP?**

Como se sabe há entendimento nos dois sentidos. O mais prudente é seguir o entendimento da Advocacia-Geral da União.

**PARECER Nº 150/2010/DECOR/CGU/AGU** no Processo nº 00443.000141/2010-01 – Como depende do comportamento do empregador, não há que se cogitar de revisão do contrato em face da majoração do FAP.

**PARECER Nº 00046/2016/DECOR/CGU/AGU** no Processo nº 00733.000148/2015-64 – Na hipótese de **redução** do FAP é imperiosa a repactuação/revisão do preço em favor da Administração. Citou o Acórdão TCU nº 2.831/2015 (TC 021.945/2014-4) Plenário. **Não há que se falar em isonomia perfeita.**

182

182

Citamos ainda os seguintes precedentes do TCU:

**Acórdão 2.902/2015 do Plenário** – Buscar os atrasados

**Acórdão 953/2016 do Plenário** – Determinou buscar os atrasados por que na SEFIP constava um RAT ajustado inferior ao constante da planilha de custos.

**Acórdão 2.212/2016 do Plenário** – Buscar os atrasados

**Cite-se ainda a Orientação Normativa Interna CJU/SP nº 21: FAP.** Depende do desempenho do empregador a majoração da alíquota de sua contribuição para o financiamento do seguro contra acidentes de trabalho, decorrente da aplicação do índice do fator acidentário de prevenção (FAP), razão pela qual não há que se cogitar da revisão do contrato administrativo sob o fundamento de reequilíbrio econômico financeiro ante a ausência de um de seus pressupostos: fato alheio à vontade das partes.

183

183

Proposta de redação para incluir na Repactuação

## **TERMO DE REFERÊNCIA OU MINUTA DE CONTRATO**

### **CLÁUSULA ----- - DA REPACTUAÇÃO**

**Parágrafo -----** - Caberá à Contratada, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Previdenciário de Prevenção (FAP).

**Parágrafo -----** - A Administração repactuará o FAP somente para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item, em conformidade com o PARECER Nº 00046/2016/DECOR/CGU/AGU e o PARECER Nº 150/2010/DECOR/CGU/AGU.

184

184

## Vale transporte E se o empregado abdicar expressamente, o que se deve fazer?

185

185

**O edital/contrato deve prever os descontos de valores relativos ao auxílio transporte em face da ~~Orientação Normativa SLTI nº 3, de 10 de setembro de 2014~~? Não deve ser mais citada pois foi revogada.**

ORIENTAÇÃO NORMATIVA/SLTI Nº 3, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014  
A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e considerando o disposto no art. 54 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, resolve expedir a presente Orientação Normativa, nos seguintes termos: I – nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deve haver o **desconto na fatura** a ser paga pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987. **Revogada pela IN SEGES nº 102, de 16/10/2020, publicada no DOU de 19/10/2020, Seção 1, página 10.**

186

186

Justificativas:

- 1) A mencionada Orientação Normativa não foi publicada no Diário Oficial da União, assim, não é de conhecimento das empresas que participam de licitações e contratam com a Administração. **E já foi revogada.**
- 2) **No Acórdão do TRF da 4ª Região, Apelação Cível nº 5017482-90.2016.4.04.7201** determinou a devolução dos descontos efetuados de valores relativos ao auxílio transporte em face da Orientação Normativa SLTI nº 3, de 10 de setembro de 2014, **em face de o assunto não estar disciplinado no edital/contrato** e nem ter sido oportunizado o contraditório e ampla defesa.

187

187

Proposta de redação para incluir no pagamento mensal

**TERMO DE REFERÊNCIA OU MINUTA DE CONTRATO**

#### **CLÁUSULA ----- DOS PAGAMENTOS**

**Parágrafo -----** - Haverá o desconto na fatura a ser paga pela Administração do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

188

188

## Cabe revisão/repactuação por alteração do regime tributário?

189

189

### **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 12/06/2020 | Edição: 111 | Seção:  
1 | Página: 10

#### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 29 DE MAIO DE 2020**

A EXCLUSÃO DO REGIME TRIBUTÁRIO DO **SIMPLES NACIONAL** POR ATO VOLUNTÁRIO DA CONTRATADA OU POR SUPERAÇÃO DOS LIMITES DE RECEITA BRUTA ANUAL DE QUE CUIDA O ART. 30 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO ENSEJA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

Referência: Parecer nº 89/2014/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 90/2014/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/FDECOR/CGU/AGU; Art. 65, inciso II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º, § 3º, e art. 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

190

190

## **Cabe revisão/repactuação por alteração de regime tributário?**

**PARECER Nº 089/2014/DECOR/CGU/AGU e PARECER Nº 090/2014/DECOR/CGU/AGU** concluem que a exclusão do regime do Simples Nacional não confere à empresa direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Acórdão TCU nº 1.259/2006 da 2ª Câmara** – Se a contratada migrou do regime tributário do Lucro Presumido para o Simples Nacional, deve o contrato ser revisado em favor da Administração.

**Acórdão TCU nº 2.440/2014 do Plenário** – Alteração de regime tributário que deixar de recolher determinado tributo embutido em sua proposta, ao ser favorecida por regime tributário diferenciado ou qualquer benefício legal, essa desoneração deve ser repassada ao contrato pactuado por meio de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da Administração.

191

191

## **SUGESTÃO DE REDAÇÃO: TR OU MINUTA DE CONTRATO** **CLÁUSULA XX – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO .**

**Parágrafo XX** – A exclusão de empresa contratada do regime do Simples Nacional por ato voluntário ou decorrente da ultrapassagem dos limites de enquadramento previstos na Lei Complementar nº 123/2006, bem como a passagem para uma faixa superior de contribuição dentro do regime, não confere à contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme PARECER Nº 089/2014/DECOR/CGU/AGU e PARECER Nº 090/2014/DECOR/CGU/AGU. **(NOTA: só vale para licitação de limpeza e conservação e vigilância, com DEMO)**

**Parágrafo XXX** – A alteração de regime tributário que aumentem os encargos da contratada não confere o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Parágrafo XXXX** – Independentemente do regime tributário de execução contratual, na hipótese de a empresa deixar de recolher determinado tributo embutido em sua proposta, ao ser favorecida por alteração do regime tributário ou qualquer benefício legal, essa desoneração deve ser repassada ao contrato pactuado por meio de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da Administração, conforme Acórdão TCU nº 2.440/2014 do Plenário e Acórdão TCU nº 1.259/2006 da 2ª Câmara.

192

Deve ser vedado que as empresas optantes/obrigadas ao regime tributário do Lucro Real cotem em suas propostas PIS de 1,65% e COFINS de 7,60%, que são as alíquotas máximas?

E a Administração deveria cotar esses percentuais máximos em suas planilhas referenciais quando utilizar o Lucro Real?

193

193

#### **REGRAS PARA AS LICITANTES QUE SÃO TRIBUTADAS NO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA DO PIS E DA COFINS**

**Justificativas:** Como se sabe, as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, para as empresas que são tributadas no **regime de incidência não cumulativa do PIS e da Cofins** fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

Assim, as empresas não recolhem esses tributos pela alíquota máxima. Ou seja, PIS igual a 1,65% e COFINS igual a 7,60%, em razão do desconto dos créditos.

194

194

No mesmo sentido são as seguintes deliberações do TCU:

Acórdão nº 1.619/2008 – Plenário

Acórdão nº 2.647/2009 – Plenário

Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário

Acórdão nº 2.254/2014 – 2ª Câmara

Acórdão nº 274/2017 – Plenário

Acórdão nº 8.228/2021 – 2ª Câmara

Acórdão nº 11.082/2021 – 2ª Câmara

195

195

### **Portal de Compras**

Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra (</index.php/noticias/1180-orientações-incidencia-nao-cumulativa-pis-cofins>)

**Publicado: Sexta, 11 de Outubro de 2019, 19h20**

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, citem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições. (grifei)

196

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes (1), podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, **fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).**

Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

197

197

A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS. (OBS: então vale para cima e para baixo????)

[1] As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - FIM DA ORIENTAÇÃO

198

198

Colocar vídeo da Zênite  
sobre o assunto

199

199

**TRIBUTOS – REGIMES TRIBUTÁRIOS QUE NORMALMENTE PARTICIPAM DE LICITAÇÕES - IRPJ – Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Decreto 9.580/2018**

retenção (vigilância, limpeza, locação de mão-de-obra e demais serviços) – Retenção de 4,8% (IN RFB 1.234/2012 e alterações) –

<b>IRPJ</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Adicional</b>
<b>Lucro Presumido</b>  (apuração trimestral)	15%	Diferenciada conforme a atividade do contribuinte. Como regra, para serviços continuados é 32% sobre a receita bruta. + Outras receitas e GK A regra é 8% sobre a RB <i>Se o faturamento anual for &lt; que R\$ 120.000,00 pode utilizar 16%</i>	Calculado à alíquota de 10% sobre o que exceder o lucro de R\$ 60.000,00
<b>Lucro Real</b>  (apuração trimestral ou anual)	15%	Lucro líquido do período (trim. ou anual) ajustado pelas adições, exclusões ou compensações. Anual: pgto mensal estimativa	Alíquota de 10% sobre o que exceder o lucro líquido de R\$ 60.000,00 (trim.) ou 240.000,00 (anual)

200

200

**CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Retenção de 1%**

<b>CSLL</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Valor devido</b>
<p>Lucro Presumido</p> <p>(IN SRF 390/04)</p>	<p>9%</p> <p>Lei 10.637/02 – art. 37; Lei 11.727/08, art. 17</p>	<p>32% sobre a Receita bruta (RB) para serviços em geral</p> <p>+ outras receitas e ganhos de capital</p> <p>A regra é de 12% sobre a RB</p> <p>Lei 10.684/03 – Lei 9.249/95, art. 20 – Lei 9.430/96, art. 29</p>	<p>RB x 2,88% + 9% x (outras receitas e GK)</p> <p>- Há bônus de adimplência</p>
<p>Lucro Real</p> <p>(IN SRF 390/04)</p>	<p>9%</p> <p>(bancos: 15% - art. 17 da Lei 11.727/08)</p>	<p>Lucro líquido do período (trim. ou anual) ajustado (LLA) pelas adições, exclusões ou compensações.</p> <p>Lei 7.689/88</p>	<p>(LLA x 9%)</p>

201

**COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Retenção de 3%**

<b>COFINS</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Valor devido</b>
<p>Lucro Presumido (incidência cumulativa)</p>	<p>3%</p>	<p>Receita bruta - RB</p> <p>Lei 9.718/98, art. 3º; Lei 11.941/09, art. 79</p> <p>Vigilância (Lei 7.102/83): incidência cumulativa, mesmo no Lucro Real – art. 10, I, da Lei 10.833/03</p>	<p>RB x 3%</p>
<p>Lucro Real (com algumas exceções) (incidência não cumulativa)</p>	<p>7,6%</p>	<p>Totalidade das Receitas – TR (Receitas Financeiras – alíq. Zero)</p> <p>Lei 10.833/03 e alterações</p> <p>Decreto 5.442/05</p>	<p>(TR x 7,6%) – <b>créditos</b></p>

202

202

**Programa de Integração Social – PIS****Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP**

Retenção de 0,65%

<b>PIS/ PASEP</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Valor devido</b>
Lucro Presumido (incidência cumulativa)	0,65%	Receita bruta - RB <small>Lei 9.718/98, art. 3º; Lei 11.941/09, art. 79</small>  Vigilância (Lei 7.102/83): incidência cumulativa, mesmo no Lucro Real – art. 8º, I, da Lei 10.637/02	RB x 0,65%
Lucro Real (com algumas exceções)  (incidência não cumulativa)	1,65%	Totalidade das Receitas – TR (Receitas Financeiras – alíq. Zero)  Lei 10.637/02, e alterações Decreto 5.442/05	(TR x 1,65%) – <b>créditos</b>

203

**Lucro Real** - Regime **não cumulativo** do PIS/PASEP e da Cofins. A cada operação pode-se abater créditos, **exemplo** (mesmo raciocínio para a Cofins):

TOTALIDADE DAS RECEITAS	VALOR (R\$)	ALÍQUOTA
Valor do Serviço	20.000,00	
(-) Aluguel pago a PJ	3.000,00	
(-) Depreciação	1.400,00	
(-) Insumos	8.000,00	
<b>= Base de Cálculo do PIS</b>	<b>7.600,00</b>	
Valor do PIS a pagar (1,65% sobre a base de cálculo e não sobre a totalidade das receitas)	125,40 e não 330,00	0,627% sobre a totalidade das receitas e não 1,65%

Lucro Real: DARF:  
0220, 1599,  
3373...

Lucro Presumido:  
DARF: 2089

Simples: DAS,  
consulta ao site da  
RFB

**Qual a consequência?** As empresas optantes pelo regime tributário do **Lucro Real** (vigilância é uma das exceções) devem cotar em suas planilhas percentuais do PIS/PASEP e Cofins **inferiores** a 1,65% e 7,6%, respectivamente. Ver item 9.3 do Acórdão TCU nº 1.619/2008 do Plenário.

204

204

## **PROPOSTA DE REDAÇÃO PARA O TR (copiado dos editais do STF)**

### **QUANTO AOS TRIBUTOS DAS LICITANTES TRIBUTADAS PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA (COMO REGRA DO LUCRO REAL)**

XX.1. Para as licitantes tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

205

205

**XX.2.** O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas a seguir. Os dados de "faturamento mensal" e "crédito apurado/descontado" devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

206

206

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS					
MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

207

207

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS					
MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%

XX.3 . Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade da licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.

208

208

### **XXX.1 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA .....**

h) para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa – a comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS observar as alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

h.1) planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item **XX.2** do Edital, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;

209

209

h.2) cópia dos Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária. Este documento apresenta o faturamento mensal;

h.3) cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS;

i) caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento;

210

210

~~j) para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária;~~

k) recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria Especial da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação;

211

211

Se utilizada essa modelagem, sugere-se que a Administração, em suas planilhas de custos e formação de preços, elaboradas na fase interna da contratação, poderão ser utilizadas as alíquotas do regime tributário do Lucro Real, ou sejam, 1,65% para o PIS e 7,60% para a COFINS, somente para balizar o valor máximo a ser aceitável.

Sugere-se que na planilha de custos e formação de preços, quando adotado o Lucro Real, que se escreva na mesma linha do PIS e da Cofins: "Para as empresas optantes ou obrigadas ao regime do Lucro Real, deverá ser comprovada a média das alíquotas, conforme disciplina do Termo de Referência.

212

212

## Comentários gerais e sugestões de redação para quem adota a Conta Vinculada

213

213

### **MUITO IMPORTANTE PARA QUEM ADOTA A CV**

Em face da não compreensão, tanto por parte de alguns servidores que elaboram ETP/TR/Editais, como de alguns pregoeiros e licitantes, da rubrica "Férias" no Submódulo 2.1.B, e de outros itens de custo da planilha, em compatibilidade com a IN SEGES nº 5/2017, constata-se equívocos na aceitação das propostas, que ofendem o princípio da isonomia da licitação, como:

1) O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **"zera"** a rubrica "Férias" do Submódulo 2.1.B e mantém a rubrica "Substituto na cobertura de Férias" do Submódulo 4.1.A, porém há impetração de recurso de quem perdeu a licitação por ter previsto duas Férias, alegando a planilha oficial.

214

214

2) O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar cota no Submódulo 2.1.B "Férias + Adicional de Férias" com percentual de 12,10% e "**zera**" a rubrica "Substituto na cobertura de Férias" do Submódulo 4.1.A, trazendo um problema para o gestor do contrato na primeira prorrogação se aplica ou não a Nota 3 do Submódulo 2.1.

3) O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar utiliza uma base de cálculo **menor** para o Submódulo 4.1, "Substituto nas Ausências Legais", auferindo vantagem em relação a outros licitantes que utilizaram base de cálculo mais completa.

215

215

Assim, se o edital prever a adoção da **CV**, nas notas da planilha de custos e formação de preços sugere-se que deva constar sobre o tema, após aprovação da procuradoria, no mínimo:

"É obrigatória a utilização, para prestígio do princípio da isonomia da licitação, na planilha de custos constante da proposta das licitantes:

1) No Submódulo 2.1.B, cotar obrigatoriamente somente o Adicional de Férias" com o percentual de 3,025%.

216

216

2) É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração.

3) No Submódulo 2.2 "Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições, a base de cálculo deve ser o somatório do Módulo 1 e do Submódulo 2.1.

217

217

4) No Submódulo 4.1 "Substituto nas Ausências Legais", a base de cálculo para os itens integrantes do Submódulo deve ser: Módulo 1 + Módulo 2 (-VA - VT) + Módulo 3, exceto a do "Substituto na Cobertura de Férias" e o "Afastamento Maternidade" que devem ser conforme fórmula indicada na própria planilha, sendo que neste último o licitante poderá compensar com o INSS a Remuneração e o 13º salário.

218

218

5) No Submódulo 4.1.A, "Substituto na Cobertura de Férias", cotar obrigatoriamente o percentual de 9,075% sobre a Remuneração, de forma a que esse percentual, somado ao do Submódulo 2.1.B (3,025%), resulte em 12,10% conforme dispõe o Anexo XII da IN SEGES nº 5/2017.

219

219

6) Na eventualidade de a licitante classificada em primeiro lugar não observar as recomendações acima, o pregoeiro intimará a licitante para adequar sua planilha de custos às recomendações, sob pena de desclassificação.

7) É obrigatória a adoção pelas licitantes do modelo de planilha de custos adotado pela administração, inclusive de suas fórmulas, podendo as licitantes adequar os percentuais estatísticos não legais à sua realidade"

220

220

## Comentários gerais e sugestões de redação para quem adota o Pagamento pelo Fato Gerador

221

221

### MUITO IMPORTANTE PARA QUEM ADOTA O PFG

Em face da não compreensão, tanto por parte dos servidores que elaboram as minutas de TR/editais, como dos pregoeiros e licitantes, da rubrica "Férias" no Submódulo 2.1.B, em compatibilidade com a IN SEGES nº 5/2017 e o Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, constata-se equívocos na aceitação das propostas, que ofendem o princípio da isonomia da licitação, como:

1) O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar "zera" a rubrica "Férias" do Submódulo 2.1.B e mantém na íntegra a rubrica "Substituto na cobertura de Férias" do Submódulo 4.1.A. **Consequências?**

Quando o titular for gozar férias, o fiscal administrativo vai zerar o Módulo 1 naquele mês (e os VAs e VTs), e utilizar a provisão do 4.1.A para pagar o substituto, conforme Caderno do PFG, e a contratada ficará no prejuízo, pois não terá como pagar o empregado titular naquele mês.

222

222

2) O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar mantém na íntegra a rubrica "Férias" no Submódulo 2.1.B e "zera" no Submódulo 4.1.A.

#### **Consequências?**

Quando o titular for gozar férias, o fiscal administrativo vai zerar o Módulo 1 naquele mês, e utilizar a provisão do 2.1.B para pagar o titular, naquele mês conforme Caderno do PFG, e a contratada ficará no prejuízo, pois não terá como pagar o empregado substituto naquele mês, já que o 4.1.A está zerado.

**Consequência somente para CV:** A Nota nº 3 do Submódulo 2.1 determina a exclusão da rubrica "Férias" deste Submódulo por ocasião da prorrogação. A contratada vai ficar no prejuízo, pois as "2 Férias" estarão "zeradas". Se não "zerar" na prorrogação, poderá ter que justificar.

223

223

3) Em qualquer das situações relatadas acima, **para o PFG**, a licitante talvez tenha se sagrado vencedora do certame (preço mais baixo) por causa do desconhecimento do instituto do PFG. Será que o princípio da isonomia não foi ofendido?

Assim, se o edital prever a adoção do **PFG**, nas notas da planilha de custos e formação de preços sugere-se que conste sobre o tema, após aprovação da procuradoria jurídica, no mínimo:

"É obrigatória a utilização, para prestígio do princípio da isonomia da licitação, na planilha de custos constante da proposta das licitantes:

1) No Submódulo 2.1.B, "Férias e Adicional de Férias", com a seguinte fórmula:  $\text{Rem}/12 + (\text{Rem}/3)/12 = 8,33\% + 2,78\% = 11,11\%$ .

224

224

- 2) No Submódulo 4.1 "Substituto nas Ausências Legais", a base de cálculo para os itens integrantes do Submódulo deve ser: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3, exceto a do Afastamento Maternidade que deve ser conforme fórmula indicada na própria planilha, em face de que o licitante poderá compensar com o INSS a Remuneração e o 13º salário.
- 3) No Submódulo 4.1.A, "Substituto na Cobertura de Férias", com a seguinte fórmula: (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3) dividido por 12.

225

225

- 4) No Submódulo 2.2 "Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições, a base de cálculo deve ser o somatório do Módulo 1 e do Submódulo 2.1.
- 5) Na eventualidade de a licitante classificada em primeiro lugar não observar as recomendações acima, o pregoeiro intimará a licitante para adequar sua planilha de custos às recomendações, sob pena de desclassificação.
- 6) É obrigatória a adoção pelas licitantes do modelo de planilha de custos adotado pela administração, inclusive de suas fórmulas, podendo as licitantes adequar os percentuais estatísticos não legais à sua realidade" FIM

226

226